



Município de Belmonte



**PLANO MUNICIPAL DE
DEFESA DA FLORESTA
CONTRA INCÊNDIOS -
CADERNO II Plano de Ação**



**COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA
CONTRA INCÊNDIOS**

Índice

1 - ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)	2
2 – MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS	5
2.1 - Carta dos Combustíveis Florestais	5
2.2 – Cartografia de Risco de Incêndio Florestal	7
2.3 - Carta de Prioridades de Defesa	11
3 – OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI	12
3.1 – Tipologia	12
3.2 - Objetivos e metas do PMDFCI	13
4 – EIXOS ESTRATÉGICOS	14
4.1 - 1.º EIXO ESTRATÉGICO - Aumento da resiliência do território aos incêndios Florestais	14
4.1.1 – Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	19
4.1.2 – Planeamento das ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico	25
4.2 – 2º EIXO ESTRATÉGICO - Redução da incidência dos incêndios	47
4.2.1 – Avaliação	49
4.2.2 – Planeamento das ações referentes ao 2º Eixo Estratégico	51
4.3 – 3º EIXO ESTRATÉGICO - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	58
4.4 – 4º Eixo estratégico - Recuperação e reabilitação dos ecossistemas	65
5 - ADOPÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	71



1 - ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), é uma ferramenta fundamental de planeamento, como de aumento da eficácia da operacionalidade das várias atividades ligadas à prevenção, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) dispõem para o desencadeamento das operações e coordenação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais, tudo isto com base nas normas contidas na legislação DFCI em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, legislação complementar, nomeadamente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) – Resolução de Conselhos de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, Resolução de Conselho de Ministro n.º 5/2006 de 18 de Janeiro, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e os Planos Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI). A estrutura da elaboração e revisão do PMDFCI, foi determinada com a publicação do Despacho n.º 4345/2012 de 27 de Março. A Comissão Municipal de Defesa Contra Incêndios (CMDFCI) de Belmonte desenvolveu o presente plano, cabendo ao Gabinete Técnico Florestal (GTF) a elaboração do mesmo.

Com a concretização deste plano está o Município de Belmonte a dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro, que prevê no n.º 2 do artigo 10º a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI) e especifica as mesmas no âmbito municipal.

É, em função deste plano que se decidirá a necessidade de serem criadas/beneficiadas faixas de gestão de combustíveis, utilizando medidas de silvicultura preventiva, como operações de limpeza mecânica/manual da vegetação sub arbórea, desrama e monda do arvoredo existente, criando zonas livres de vegetação rasteira, que se transformam em obstáculo à progressão das chamas. Estas faixas serão complementadas por acessos viários de diversas categorias.

Também em função do que for estabelecido neste plano, será definida a rede municipal de pontos de abastecimento de água a viaturas de combate a incêndios, destinada a assegurar uma generosa e ubíqua disponibilidade deste recurso. As ações de defesa da floresta contra incêndios, irão também passar pela sensibilização e formação junto das populações.

No que se refere ao enquadramento do PMDFCI no sistema de gestão territorial concelhio apenas à referir o Plano Diretor Municipal (PDM), em termos regionais enquadra-se no Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.

O Plano Diretor Municipal (PDM), á data de elaboração do PMDFCI encontra-se em revisão, estando em vigor a PDM ratificado pela resolução de Conselhos de Ministros nº. 23/96, de 13 de Março.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, é um instrumento de desenvolvimento territorial que, de acordo com as diretrizes definidas a nível nacional e integrando as estratégias municipais de desenvolvimento local, estabelece as orientações para o desenvolvimento do território regional e define as redes regionais de infraestruturas, transportes e serviços. Relativamente aos incêndios florestais, este PROT do Centro refere que a crescente incidência dos incêndios junto das habitações, quer se trate de pequenas ou médias localidades, ou de povoamentos isolados, os riscos dela derivados, fazem com que se deva ter em particular atenção esta questão na organização dos espaços urbanos, em especial na sua interface com os espaços rurais. As vias de comunicação e todas as infraestruturas, em particular as que possam assumir valor patrimonial ou operacional relevante (monumentos, hospitais, escolas, etc.) deverão merecer um especial tratamento atendendo ao potencial risco de incêndio florestal. Assim, sendo uma das causas mais frequentemente apontadas para o problema dos incêndios florestais, o desordenamento do território, deveria aproveitar-se a oportunidade que o PROT proporciona para aprofundar e atacar o problema, com vista a contribuir para a sua minimização.

1.1 – Enquadramento do PMDFCI no sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF - BIN)

A Beira Interior Norte, divisão territorial em que se insere o concelho de Belmonte, viu o seu Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) ser aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 12/2006, de 24 de Julho. DR n.º 141, Série I, introduzindo um importante instrumento de planeamento e ordenamento florestal.

Para além do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF-BIN) e do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI), o concelho de Belmonte não se encontra abrangido por mais nenhum sistema de planeamento e gestão territorial. O PROF-BIN, tem um período de vigência de 20 anos, podendo ser atualizado a cada 5 anos, definiu dez sub-regiões homogéneas, duas das quais abrangem o concelho de Belmonte, a Sub-região homogénea Raia Norte e a Sub-região homogénea Estrela.

No território concelhio não estão presentes áreas que integrem a Rede Natura 2000, nem áreas classificadas como Áreas Protegidas.

Os objetivos específicos da sub-região homogénea Raia Norte visam a implementação e incrementação das funções de desenvolvimento da silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, de proteção e de produção. E os objetivos específicos da sub-região homogénea Estrela visam a implementação e incrementação das funções de recreio, enquadramento e estética da paisagem, de proteção e de conservação dos *habitats*, de espécies da fauna e flora e de geomonumentos.

2 – MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

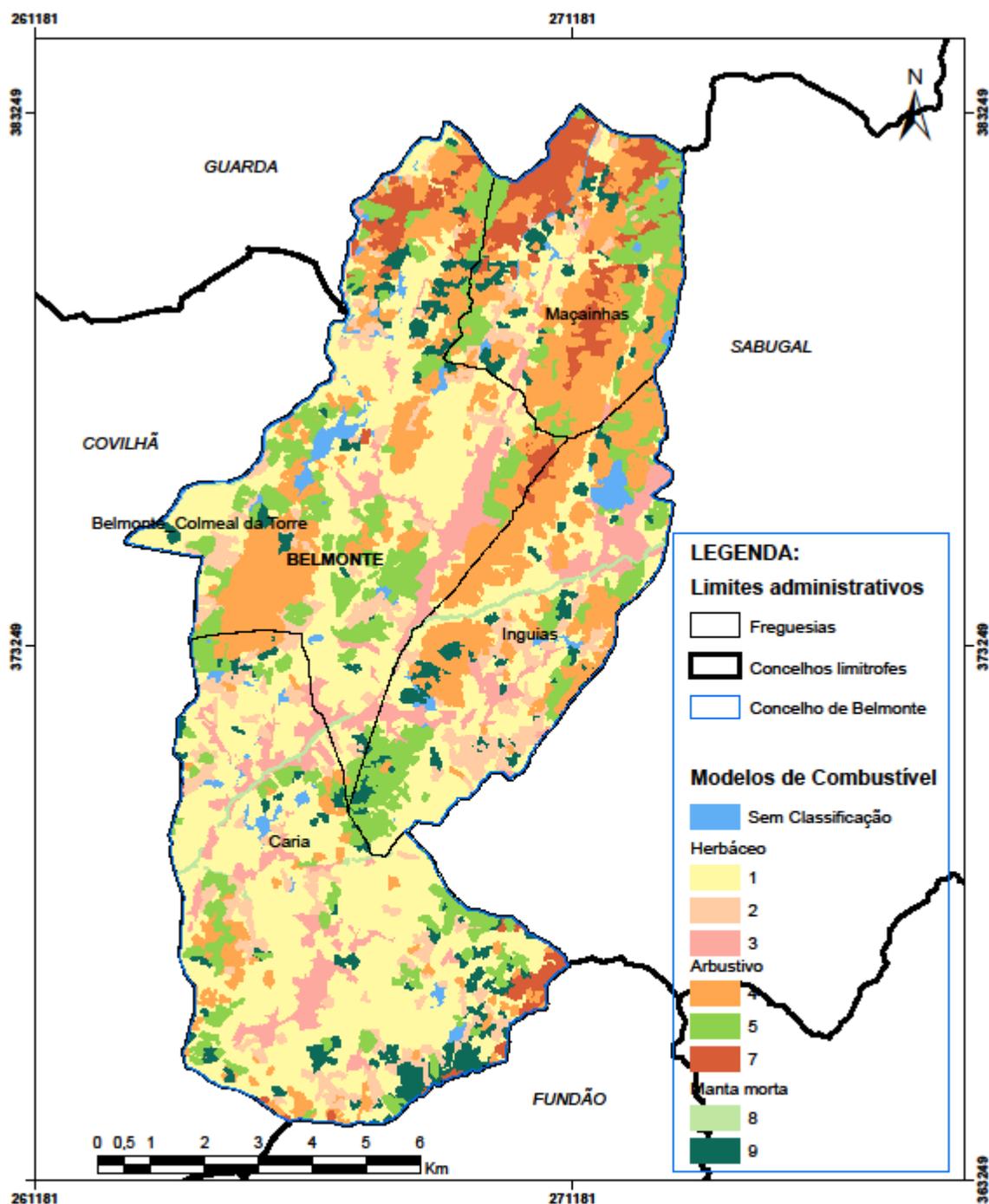
2.1 - Carta dos Combustíveis Florestais

A carta de modelos de combustíveis florestais, para o concelho de Belmonte foi elaborada com base na classificação criada pelo *Northern Forest Laboratory* (NFFL), com a orientação de aplicabilidade desenvolvida por Fernandes, P.M., esta metodologia classifica os diversos combustíveis florestais, relativamente ao seu comportamento face ao fogo, dividindo-os em treze modelos diferentes. Três baseados no estrato herbáceo, quatro no arbustivo, três na manta morta e três nos resíduos lenhosos.

No concelho de Belmonte, e de acordo com a classificação referida, predominam os seguintes modelos de combustível:

Grupo	Modelo	Descrição
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
	2	Pasto contínuo, fino seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
Arbustivo	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
Manta morta	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, forma uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as de <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas.

Quadro 1 – Modelos de combustíveis



 Mapa 16	Carta de Combústveis Florestais do Concelho de Belmonte		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Dezembro 2013	Fonte (s): IGP

Pode-se apreciar na carta referente a este tópico, que a maioria das formações florestais do Concelho pertencem justamente às categorias de maior inflamabilidade.

2.2 – Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

A cartografia de risco de incêndio florestal permite a identificação de áreas mais vulneráveis à ignição e propagação do fogo, logo com um risco de incêndio mais elevado. Trata-se, portanto de uma ferramenta de apoio à prevenção do risco de incêndio por possibilitar a análise da localização ideal dos equipamentos e das necessidades medidas a adotar relativamente à vigilância. No entanto, identificar as áreas de risco de incêndio mais elevado não quer dizer que a ocorrência de um fogo se desenvolva unicamente nessas áreas, uma vez que o seu comportamento é dinâmico, como por exemplo pode estar sujeito a fatores meteorológicos, enquanto o cálculo do risco de incêndio, se encontra mais relacionado com os fatores combustíveis.

Para a elaboração desta cartografia foi adotada a metodologia SCRIF (IGP), optando-se por fatores estáticos, tais como:

- De origem biofísica, designadamente a ocupação de solo e a localização e tipologia dos combustíveis;
- De origem fisiográfica, como sejam os declives e as exposições;
- De origem social, centrados na densidade demográfica e na densidade demográfica e na densidade de caminhos.

Por ordem decrescente de importância face ao potencial risco de incêndio florestal final, os critérios selecionados são: ocupação do solo, declives, rede viária, exposições e densidade populacional.

A ocupação de solo foi definida tendo em conta a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS2007).

A atribuição da classificação de risco de incêndio foi feita tendo em conta os diferentes graus de inflamabilidade e combustibilidade de cada espécie presente no concelho de Belmonte. Como a propagação do fogo mantém uma relação com o declive de modo não linear, estabeleceram-se ponderações que pretendem representar o aumento do risco de incêndio com o aumento do declive. O declive influencia a velocidade e a direção dos ventos, assim como a velocidade e a propagação do fogo. Um declive acentuado tem tendência a favorecer a propagação do fogo pela aproximação dos combustíveis às chamas, uma vez que determina a dessecação desses mesmos combustíveis em continuidade vertical, os quais entram em contacto com o ar quente das chamas subjacentes. Isto acontece também devido à presença de

fortes ventos ascendentes, originados por depressões com grandes declives intensos, que proporcionam o rápido desenvolvimento de uma corrente de convecção. Consequentemente, o acentuar do declive condiciona o ataque ao incêndio, limitando a acessibilidade dos meios à frente do mesmo. Desta forma, a declives mais acentuados foram atribuídos maiores valores de risco de incêndio.

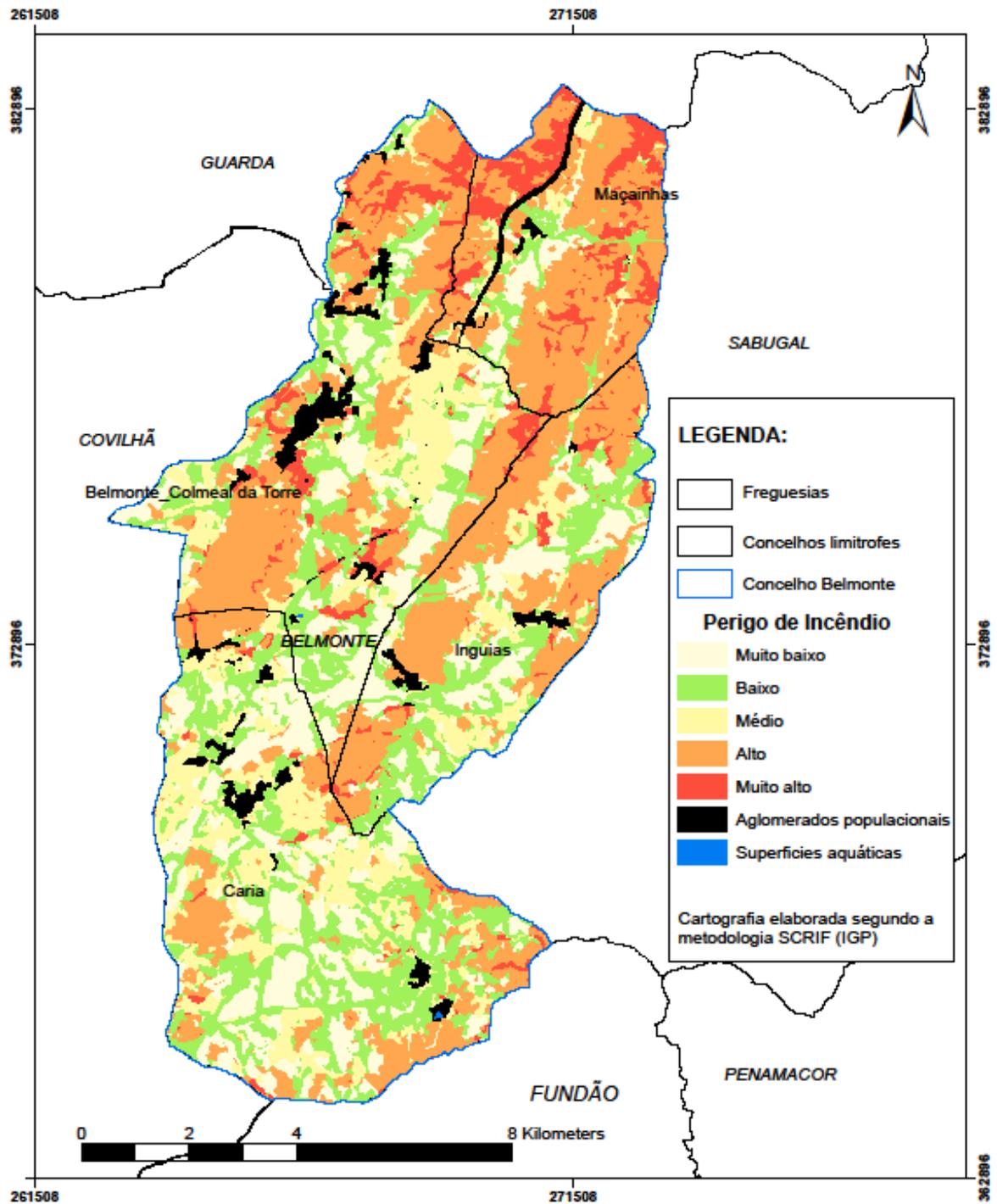
A proximidade às estradas municipais e a densidade de caminhos agrícolas e florestais são dois fatores de origem humana com influência na perigosidade de incêndio para as áreas florestais adjacentes. Os incêndios florestais que têm origem humana, seja por negligência e/ou acidente, ou por ignição intencional criminosa, iniciam-se frequentemente perto da rede viária, pelo que a proximidade a uma estrada ou caminho pode aumentar o perigo de ignição. Por outro lado, também se pode considerar que existem uma densidade ótima de caminhos. Grande parte do combate aos incêndios é realizada por viaturas-cisterna, sendo que a distância útil de combate é em grande medida determinada pela existência de uma rede viária. Esta apresenta-se, como um dos elementos a considerar na problemática da prevenção e do combate a incêndios florestais pelas três principais funções que desempenha a este nível, primeiro porque permite a visibilidade para quem circule nas vias, segundo porque permite o acesso das viaturas de combate a incêndios, e por último, porque pode também funcionar como corta-fogos.

Desta forma, o valor de risco de incêndio aumenta com a proximidade à rede viária. Em relação à densidade desta rede viária foram atribuídos maiores valores de risco para densidades muito pequenas e muito altas, e menores valores de risco para densidades intermédias.

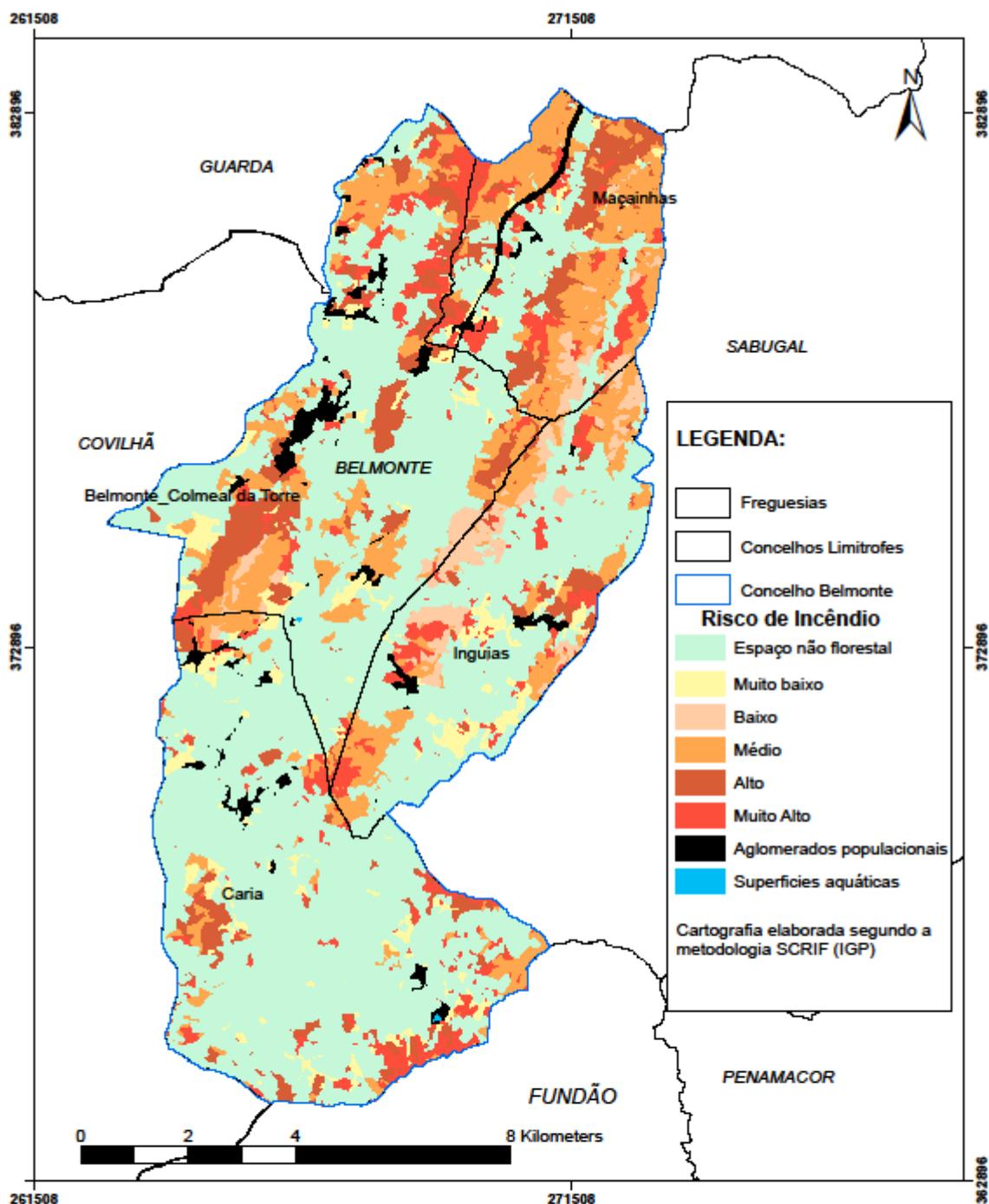
A exposição do relevo aos raios solares é um fator que influencia a dinâmica do fogo e a vulnerabilidade da vegetação aos incêndios. Pode-se afirmar que as variações do tempo atmosférico durante o dia numa determinada área são fortemente determinadas pela sua maior ou menor exposição aos raios solares, isto é, quanto maior é a exposição, mais elevada será a temperatura e menor a humidade nessa área. Assim, à medida que a posição do sol se modifica, varia a temperatura à superfície, a humidade relativa, o conteúdo da humidade em humidade dos combustíveis e a velocidade e direção dos ventos locais. Por outro lado, as encostas ensolaradas são mais secas e contêm menos vegetação combustível que as de sombra.

Uma elevada densidade populacional, irá promover o aumento do risco do risco de incêndio florestal devido à maior probabilidade de negligência e/ou acidente (áreas de lazer, atividades agrícolas, zonas de caça, etc.)

A zona onde existe maior perigosidade de incêndio concentra-se nas zonas serranas das freguesias de Maçaínhas e união de freguesias Belmonte e Colmeal da Torre, havendo uma mancha isolada de alto risco na Toca da Moura em Caria.



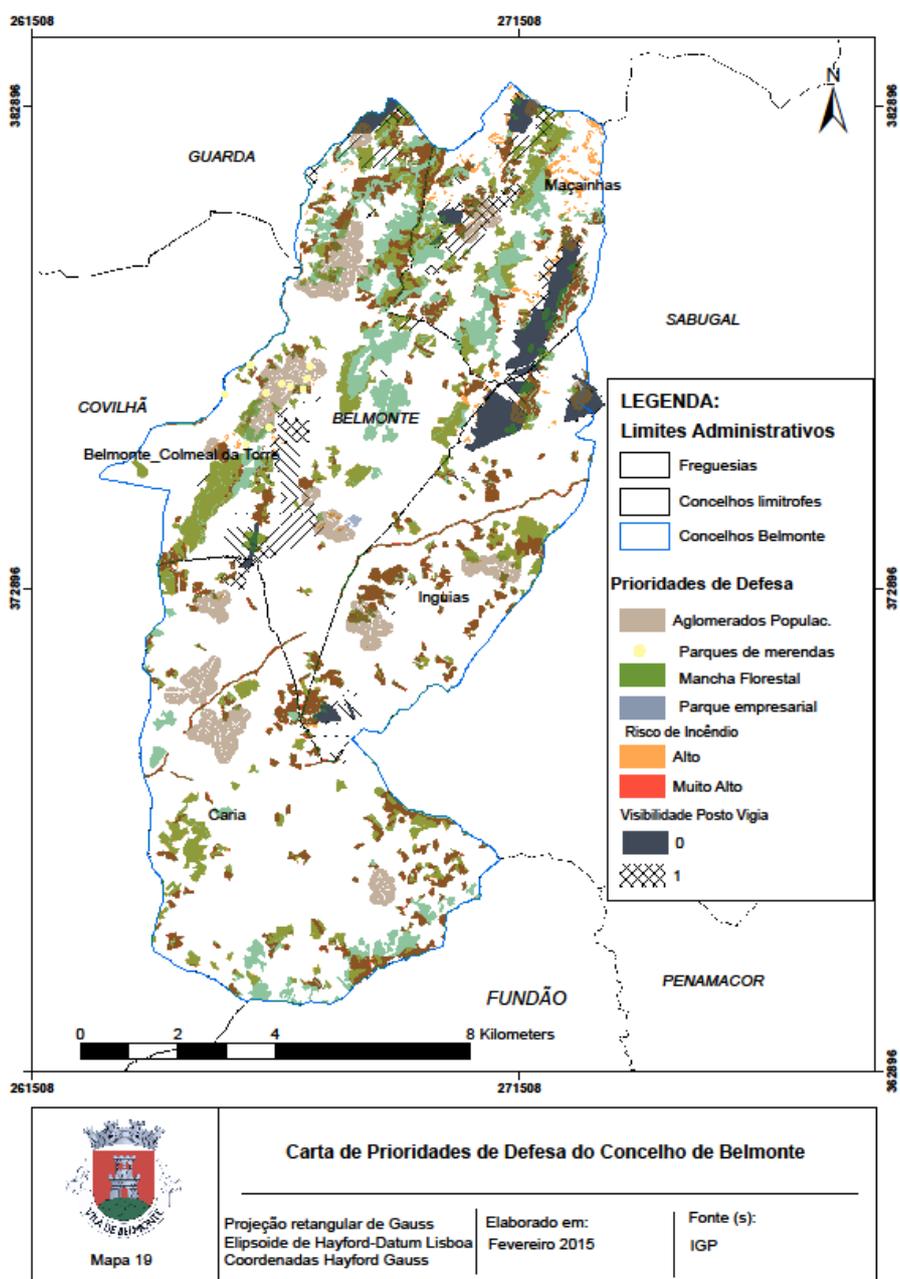
 Mapa 17	Carta de Perigo de Incêndio do Concelho de Belmonte		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Dezembro 2013	Fonte (s): IGP



 Mapa 18	Carta de Risco de Incêndio do Concelho de Belmonte		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Dezembro 2013	Fonte (s): IGP

2.3 - Carta de Prioridades de Defesa

A cartografia de prioridades da defesa resulta do confronto entre os polígonos de perigosidade de incêndio alto e muito alto com outros elementos de reconhecido valor ou interesse económico, social, cultural ou ecológico. Aplicando-se este método ao Município de Belmonte constata-se que na ausência destes valores em espaços rústicos, as prioridades de defesa neste Concelho se cingem aos principais núcleos urbanos e alguns núcleos populacionais, nomeadamente Belmonte (vila), Colmeal da Torre, Maçainhas, Caria, Malpique, Monte do Bispo, Inguias, Quinta Cimeira, Olas e Carvalhal Formoso.



3 – OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

Nos termos do enquadramento jurídico e administrativo da política florestal portuguesa, compete à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios definir e aprovar os **Eixos Estratégicos** do PMDFCI, os quais serão tecnicamente assessorados pelo Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Belmonte. Os eixos estratégicos são plasmados em cinco orientações:

- **1º Eixo estratégico:** aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- **2º Eixo estratégico:** redução da incidência dos incêndios
- **3º Eixo estratégico:** melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios
- **4º Eixo estratégico:** recuperar e reabilitar os ecossistemas
- **5º Eixo estratégico:** adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz

3.1 – Tipologia

Segundo a Metodologia de Tipificação dos Municípios, publicada pela Autoridade Florestal Nacional, Janeiro 2010, os concelhos do território de Portugal Continental encontram-se divididos em quatro tipos, com base na relação entre número de ocorrências e número de hectares de área ardida, em povoamentos e matos:

Poucas ocorrências

- Pouca área ardida (T1)
- Muita área ardida (T2)

Muitas ocorrências

- Pouca área ardida (T3)
- Muita área ardida (T4)

O número de ocorrências e os valores de área ardida, por concelho, correspondem aos totais de uma série de 15 anos (1994-2008). Ambos foram ponderados pela área florestal do concelho e classificados em um de quatro tipos, demarcados de acordo com determinados limiares.

Quer para o número de ocorrências quer para a área ardida o limiar entre “pouco” e “muito” foi colocado na mediana do conjunto das ponderações. Os limiares usados permitiram estratificar geograficamente o território de uma forma que se considerou adequada para distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo.

A área florestal por concelho foi determinada recorrendo ao CORINE LAND COVER 2000 e agregando as áreas de classe de coberto do solo consideradas vulneráveis aos incêndios florestais. A metodologia utilizada tem por base a análise da área ardida e do número de ocorrências registadas no período 1994-2008.

Conforme a Metodologia de Tipificação dos Municípios, o concelho de Belmonte nos anos de 1990 a 1995 foi classificado com a tipologia T4, isto é, muitas ocorrências e muita área ardida. Nos anos de 1996 a 2011 foi classificado com a tipologia T2, isto significa poucas ocorrências e muita área ardida. E tal pode ser verificado no Caderno I, capítulo 5.

3.2 - Objetivos e metas do PMDFCI

Quanto às metas a atingir passam pela diminuição da área ardida e diminuição dos tempos de intervenção.

Objetivos	Metas				
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	5NO 2
Redução área ardida	<5ha	<5ha	<5ha	<5ha	<5ha
1º Intervenção em menos de 20 minutos	100% das ocorrências				
Eliminação dos tempos de intervenção > 60 minutos	100%	100%	100%	100%	100%
Eliminação de incêndios com mais de 10ha	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2 – Objetivos e Metas do PMDFCI

4 – EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1 - 1.º EIXO ESTRATÉGICO - Aumento da resiliência do território aos incêndios Florestais

Neste eixo de atuação preconiza-se um delineamento estratégico de sistemas de gestão de combustível, desenvolvendo processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo. Este eixo estratégico está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social. É aqui que se vai dar resposta ao nº1 do artigo 15º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes e se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Entende-se por Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (FGC), como sendo um conjunto de parcelas lineares de território, onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa florestal, através da afetação a usos não florestais e do recurso a determinadas atividades ou técnicas silvícolas. O que se pretende com a criação destas faixas é a diminuição de perigo de incêndio e ao mesmo tempo criar uma barreira de forma a diminuir a intensidade do fogo, quando este chega a uma FGC. Devem, ser estrategicamente localizadas, protegendo de forma passiva pessoas e bens.

Desta forma, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios, que incluam cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

Correção dos erros estruturais e culturais que a generalidade dos povoamentos de resinosas do concelho apresentam, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis.

- **Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos** – aconselha-se a utilização de corta-matos, fundamentalmente nas áreas de matos e bordadura dos povoamentos, onde não seja possível a aplicação de fogo controlado. Os produtos daí resultantes, serão sempre que possível, estilhaçados e deixados no terreno de forma a contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica no solo e redução dos fenómenos erosivos. Para um melhor aproveitamento dos recursos e implementação de uma verdadeira atividade sustentável, poder-se-ão criar condições para destinar estes resíduos a instituições sem fins lucrativos, ou ainda à central de biomassa existente no concelho.

- **Gestão da vegetação através de corte manual de matos** – preconiza-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.
- **Desbaste, desrama e eliminação de resíduos** – estas operações devem ser desenvolvidas, em faixas de dimensão variável, ao longo dos caminhos que atravessam ou ladeiam os povoamentos, faixas que se entrepõem entre povoamentos e áreas agrícolas e/ou de matos onde a probabilidade de utilização de fogo como prática cultural é elevada.

Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral. Para além das ações referidas relativas à gestão da vegetação, é importante a aposta na formação cívica da população escolar e dos produtores florestais.

- **Adequar a gestão dos espaços florestais à necessidade de conservação dos habitats de fauna e flora**, através da sensibilização dos produtores florestais para a sua importância e aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das ações de formação para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em atividades relacionadas com a floresta, deve ser uma prioridade.
- **Investigação das principais causas e fatores que contribuem para a ocorrência de incêndios.**
- **Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis que melhor se adequam às características e condicionalismos do concelho.**
- **Gestão da vegetação através de fogo controlado**, consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos de forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou arbustos. Esta técnica é aplicada em áreas de matos e/ou subcoberto de resinosas, pretendendo-se, simultaneamente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.
- **Construção/beneficiação dos pontos de água**, uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo concelho, existe a necessidade de ser comprovado o seu estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. O acesso deverá ser fácil e rápido e o seu funcionamento deverá ser autónomo.

A deflagração de incêndios nas áreas de matos, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto. Assim, nestas áreas pretende-se potenciar o aparecimento, em manchas ou faixas, de vegetação herbácea e/ou arbustiva pouco lenhificada com vista à criação de zonas de pasto para

o gado e fauna selvagem. Deverão ser planificadas ações de fogo controlado ou promovidas queimadas devidamente licenciadas.

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e intercetar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, faixas de proteção a linhas elétricas...) e ser perpendiculares à direção predominante do vento.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efetivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo (devido quer à topografia, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climáticas e edáficas desfavoráveis).

Também deve destacar-se a importância do tratamento das Faixas de Gestão dos Combustíveis (FGC) no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objetivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

As FGC, com uma largura mínima de 100 m em redor das povoações, não são desenhadas para parar um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal. O desenho das FGC tem em consideração as particularidades da paisagem e o histórico dos (grandes) fogos na região, designadamente no que respeita às causas da ignição e às condições meteorológicas e de combustíveis que propiciam o seu desenvolvimento, provocando incêndios de grande extensão e intensidade. Neste sentido, deverá ser constantemente recolhida toda a informação disponível sobre anteriores eventos catastróficos e sobre a sua causalidade, aproveitado o conhecimento de técnicos, guardas florestais, bombeiros, trabalhadores rurais com experiência local em ações de combate e prevenção de fogos. A delimitação das FGC é baseada na rede viária ou nouro tipo de infra-estrutura que permita uma delimitação bem definida e capaz de permitir a circulação dos meios de 1ª intervenção e combate.

A eficácia das FGC está dependente da capacidade de, em caso de emergência, nelas se concentrarem os recursos de combate; neste sentido, é fundamental não só o sucesso das estratégias de diminuição do número de ignições em situações meteorológicas de elevado perigo de incêndio, mas também a diminuição do risco potencial das diversas infraestruturas (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas, entre outros). A criação de uma FGC implica a adoção simultânea de programas de manutenção (em intervalos de 2-5 anos), sem os quais se pode tornar ineficaz e mesmo perigosa. A manutenção deverá, desejavelmente, ser integrada com atividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres.

De acordo o Diário da Republica n.º 17 de 14 de Janeiro de 2009 art.º 16 n. 2, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados neste PMDFCI com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

As novas edificações em espaço florestal ou com ele confinante, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação. As faixas de proteção às novas edificações devem estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno pertencente ao proprietário da edificação, isto para que o ónus de gestão de combustível da rede secundária (n.2 do art.º. 15º do D:L nº124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro), não seja transferida para terceiros.

Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõem a uma outra faixa de proteção em rede secundária de área existente á área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para a proteção dessa edificação

- Noutros espaços que não os florestais, as novas edificações têm de salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distancia à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 30 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação, desde que seja assegurado uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas).
- Uma faixa de 10 m (até 20 m nas situações de maior declive) desprovida de combustível, constituindo uma faixa de interrupção de combustível. Esta faixa poderá ter, excepcionalmente, alguns exemplares arbóreos ou arbustivos isolados, desde que sejam espécies de baixa inflamabilidade, e que não estabeleçam continuidade de combustível (separação de copas, 3 m de altura mínima da base da copa, ausência de continuidade vertical entre árvores e arbustos) e respeitem distâncias mínimas para o edifício (p.ex., mais de 5 m de edifício);

- Deverá ser evitada a constituição de sebes com espécies de maior inflamabilidade e a sua orientação não deve coincidir com a dos ventos dominantes.

Faixas Laterais às Redes Viária e Ferroviária, o Decreto-lei 124/2006, nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 15º, revisto pelo DL n.º 17/2009 estabelece a obrigatoriedade das entidades responsáveis pelas redes viária e ferroviária providenciarem a gestão de combustíveis numa faixa lateral dos terrenos confinantes com as vias, numa largura não inferior a 10 m. Neste sentido, identificam-se na carta seguinte as Faixas de Gestão de Combustível (FGC) em torno das Redes Viárias. Quer da responsabilidade do Município quando se trate de Estradas Municipais, Caminhos Municipais e Caminhos Florestais, da responsabilidade das Estradas de Portugal (EP), quando nos referimos aos Itinerários Complementares (IC's) e Estradas Nacionais (EN), da SCUTVIAS quando se trata da A23 e da REFER quando se trata da linha de caminho de ferro.

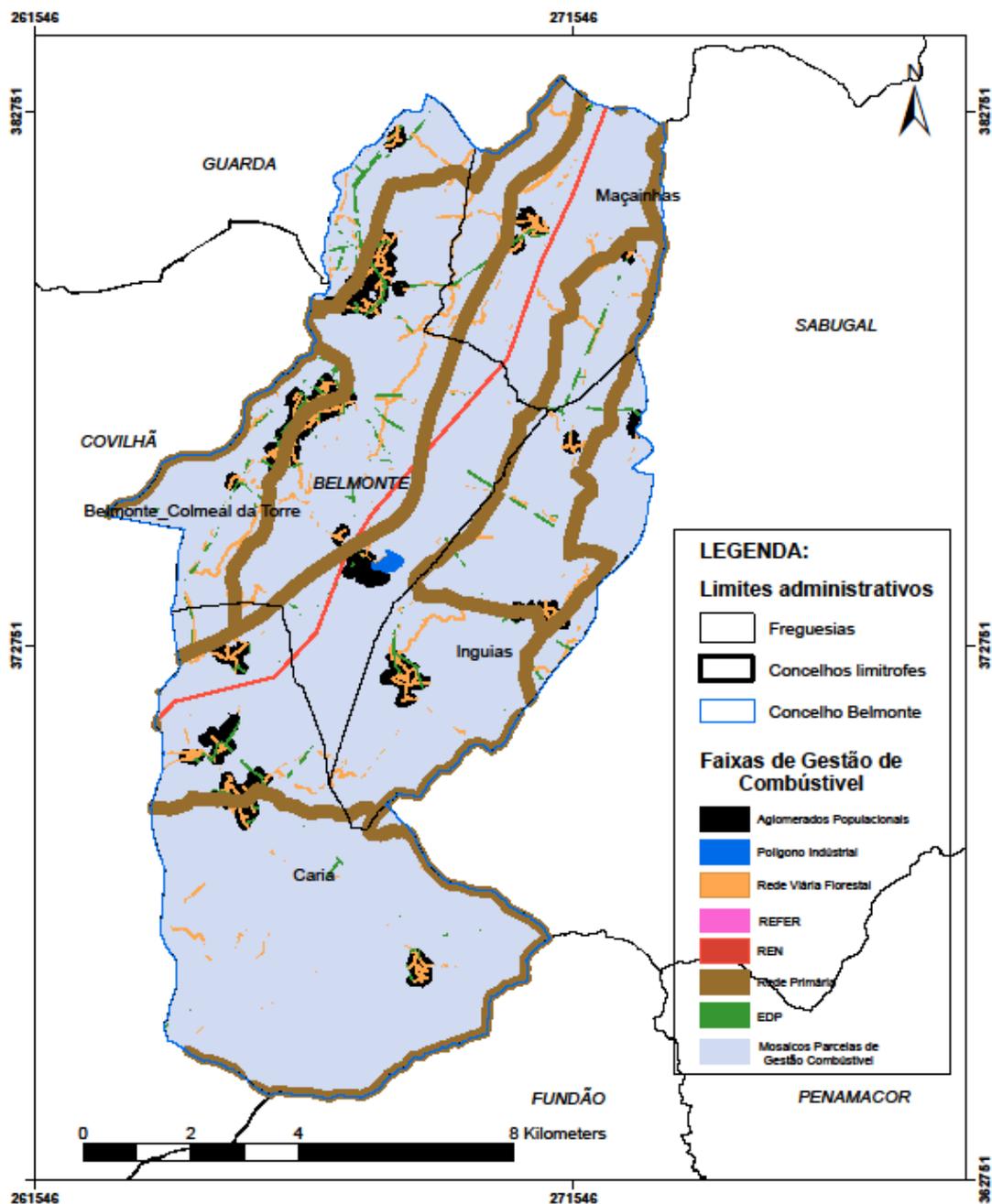
Seria de todo desaconselhável contemplar aqui toda a rede viária florestal existente no Município, não só pela sua impraticabilidade quer operacional quer orçamental, como também pela improdutividade que a própria limpeza traria. Assim, apenas se considerou a rede viária que cumpre realmente as funções das Faixas de Gestão de Combustível.

Faixas Envolventes às Linhas de Transporte de Energia Elétrica, o Decreto-lei 124/2006, nas alíneas c) e d) do nº 1 do artigo 15º, revisto pelo DL n.º 17/2009, estipula a obrigatoriedade da limpeza de uma faixa de largura não inferior a 10 m; contada a partir de uma linha correspondente ao eixo do traçado das linhas elétricas de muito alta, alta e média tensão, competindo às entidades proprietárias suportar este encargo.

No Concelho de Belmonte verifica-se a existência de uma linha de alta tensão e várias de média tensão, para as quais foram definidas as redes de FGC apresentadas na carta seguinte e quantificadas em quadro mais adiante. Com a criação desta faixa o que se pretende não é só a necessidade de interrupção de combustíveis, mas também a compartimentar manchas florestais aí existentes.

4.1.1 – Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (MPGC)

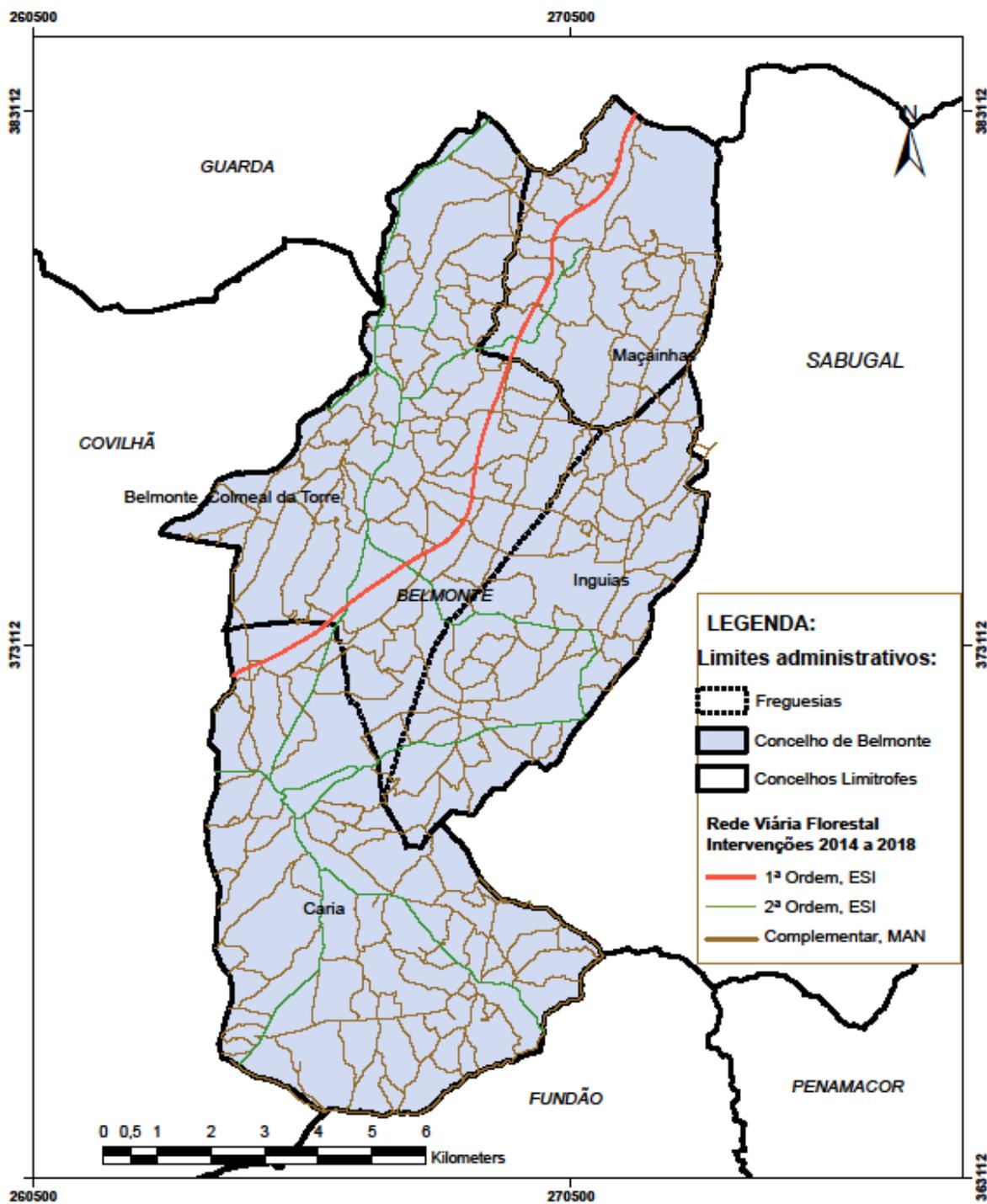


 Mapa 20	Carta de Faixas de Gestão de Combustível do Concelho de Belmonte	
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013

Rede Viária Florestal

No Concelho de Belmonte, é vasta e abrangente a rede de caminhos e trilhos existentes, sendo que a Zona Oeste do Concelho, por possuir maior densidade populacional, é aquela que apresenta uma malha mais densa. Embora ocorram vários tipos de rede viária, aqueles que predominam são os trilhos florestais, desempenhando várias funções, das quais se destaca o acesso às explorações, os caminhos para a chegada de material lenhoso, e caminhos de pé posto. O combate a incêndios florestais no concelho de Belmonte exige a recuperação de algumas estradas e estradões, de forma a permitir uma rápida intervenção e consequentemente diminuição da probabilidade de ocorrência de incêndios de maiores dimensões.

Como já se referiu o concelho possui uma abrangente rede de caminho, contudo não é sinónimo de que seja um indicador seguro da acessibilidade. Aspectos como a transitabilidade a diversos tipos de veículos, existência de saídas, locais para cruzamento de veículos e pontos de inversão de marcha são importantes, sobretudo quando se consideram veículos de combate a incêndios florestais.



 Mapa 21	Carta de Manutenção da Rede Viária Florestal no Concelho de Belmonte		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP

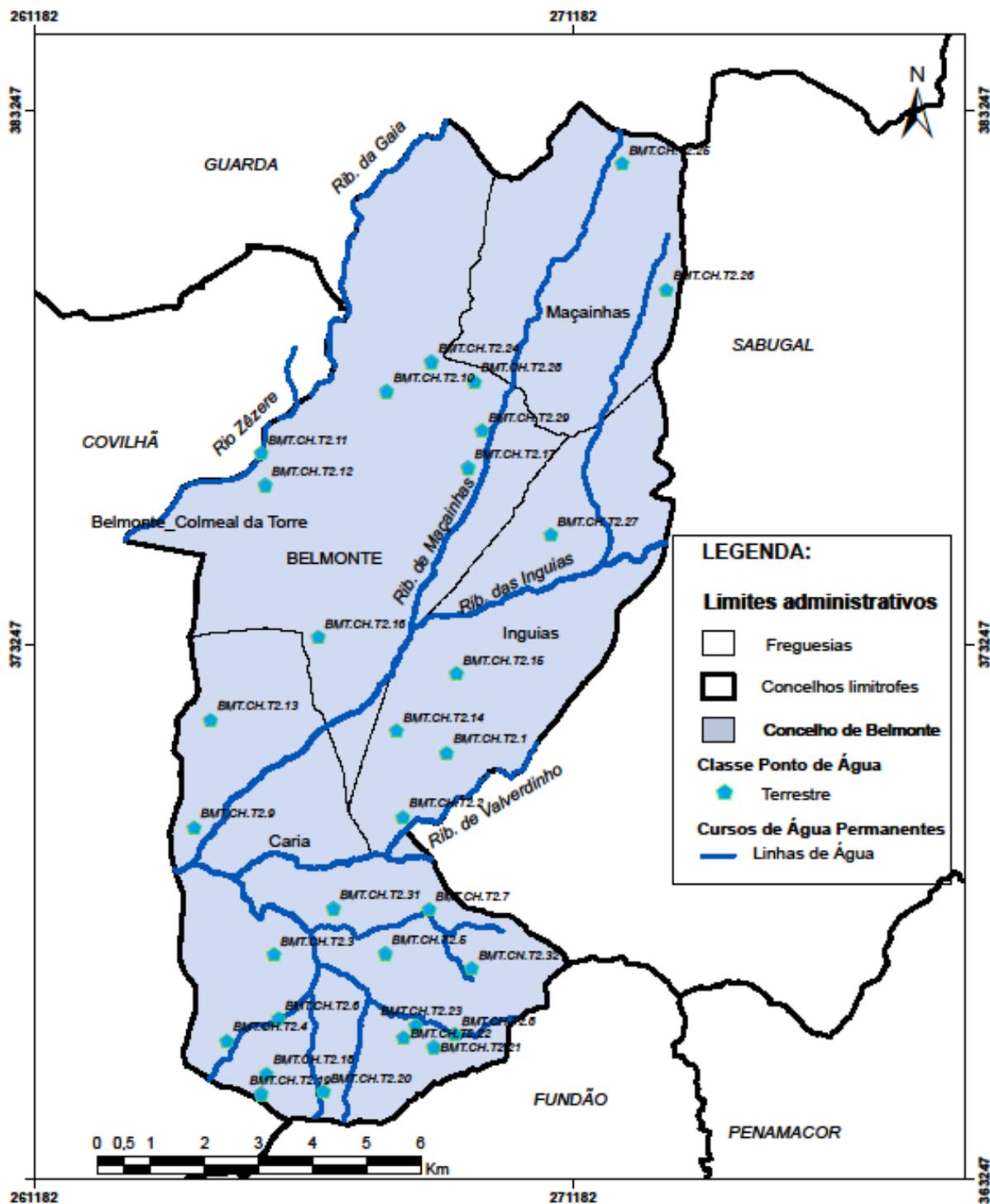
Rede de Pontos de Água

Uma rede de pontos de água bem distribuída e operacional é fundamental em ações de 1ª intervenção e combate aos incêndios. No entanto, esta informação por si só não basta: importa ter as características específicas de cada ponto, nomeadamente acessibilidades, comprimento, altura, profundidade, existência ou não de vegetação e demais constrangimentos, de forma a garantir a eficácia de qualquer ação.

Uma inventariação exaustiva de ribeiros, açudes, tanques e piscinas existentes, sem atender à sua capacidade, acessibilidade e facilidade de aproveitamento por parte das viaturas de bombeiros, levou ao apuramento de mais de 280 pontos de água disponíveis no Concelho de Belmonte, na maioria charcas. Porém, crivando este inventário em busca de pontos que demonstrassem possuir as seguintes características:

- Acessibilidade a viaturas pesadas;
- Exequibilidade da bombagem; volume de água superior a 200 metros cúbicos;
- Disponibilidade de água durante o Estio,

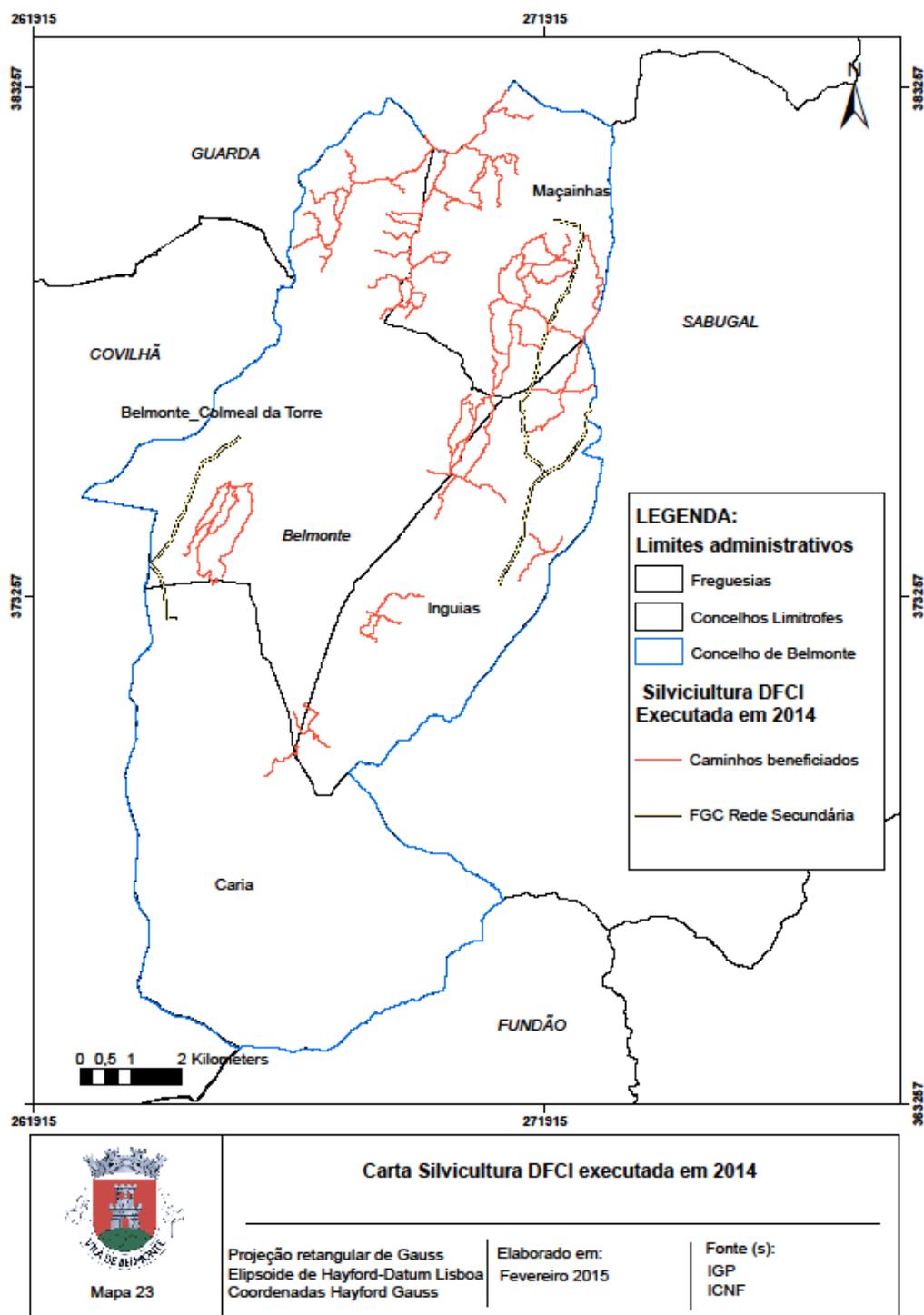
Os pontos de água considerados estratégicos encontram-se em razoável estado de conservação e funcionamento, destacando-se a sua acessibilidade e a facilidade de manobra aos meios terrestres.



 Mapa 22	<h3>Carta da Rede de Pontos de Água do Concelho de Belmonte</h3>		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP

Silvicultura Preventiva no Âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios

Até à elaboração deste Plano as medidas de silvicultura preventiva no âmbito da defesa da floresta contra incêndios que estão a ser tomadas é a gestão de combustíveis na rede secundária e a beneficiação dos caminhos florestais.

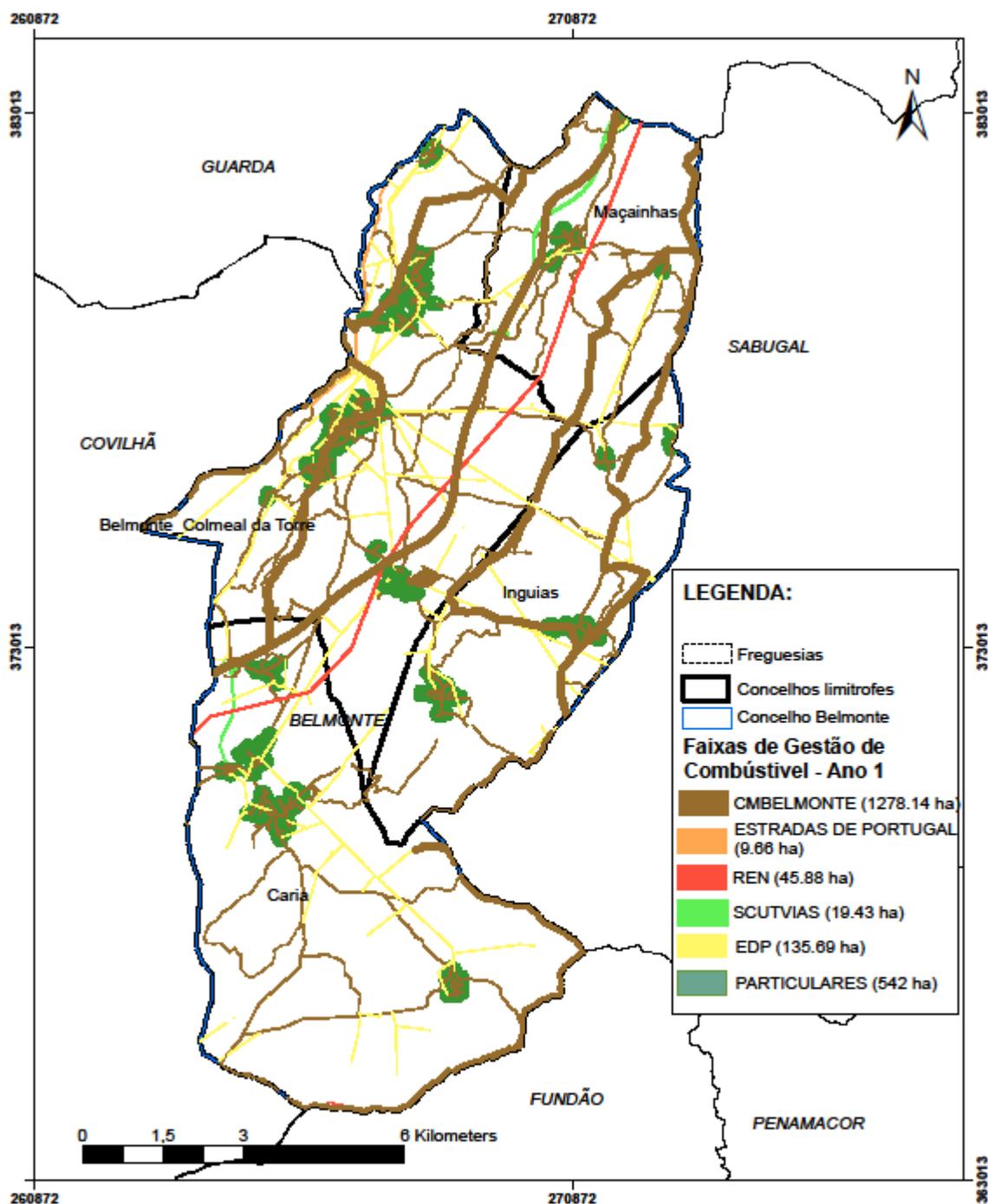


4.1.2 – Planeamento das ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico

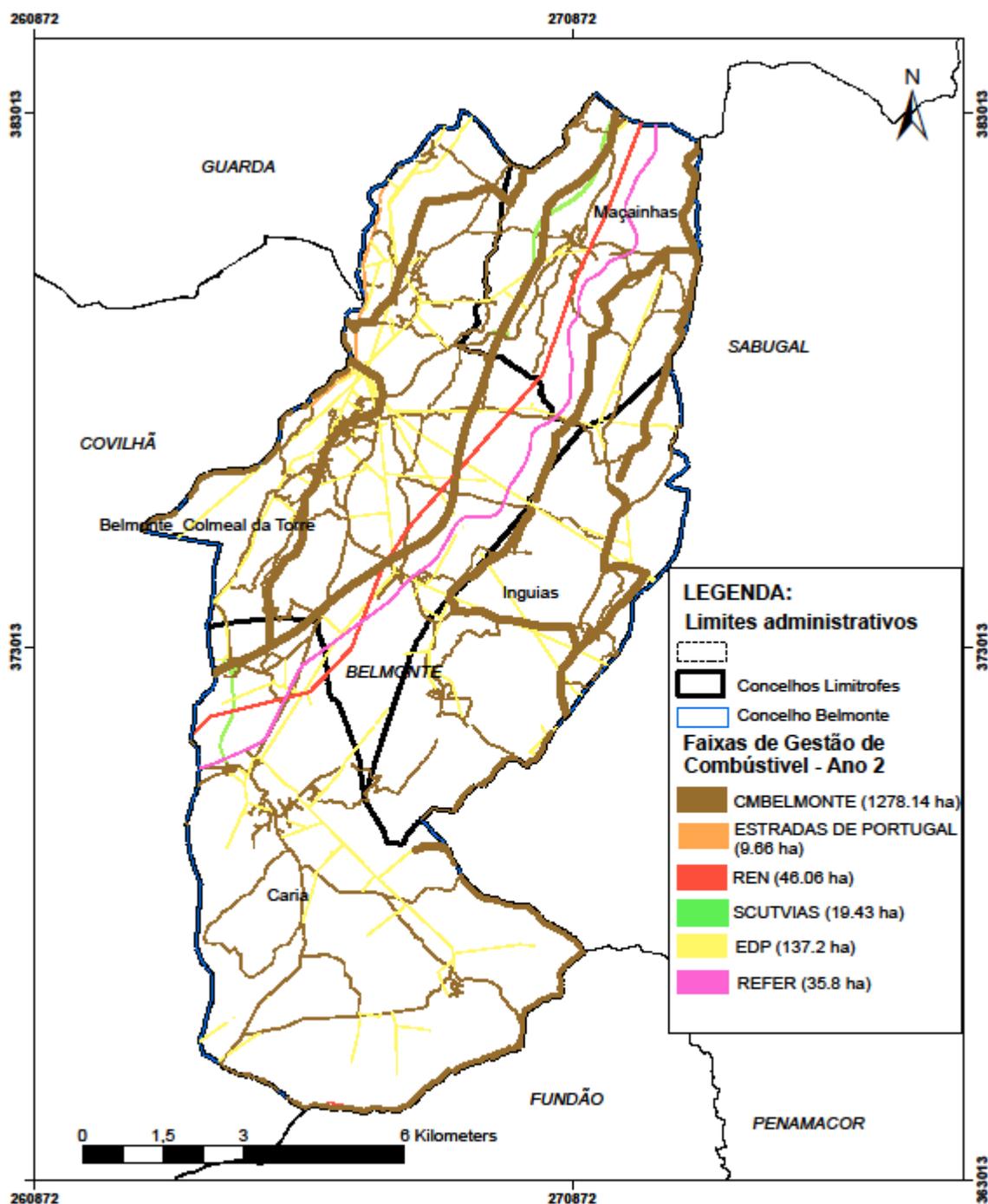
Os mapas seguintes apresentam o planeamento das ações planificadas para os 5 anos de vigência deste plano. As faixas de gestão de combustível apenas foram contempladas neste plano para que se um dia a Câmara Municipal queira fazer uma candidatura ao PRODOR, ou outro programa semelhante, não haja qualquer impedimento, uma vez que a área respeitante a estas faixas é inteiramente propriedade de privados, pelo que a sua execução se torna difícil. O mesmo não se passa na rede secundária, uma vez que os seus responsáveis se encontram identificados no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro.

Os trabalhos previstos na rede viária baseiam-se na beneficiação de caminhos já existentes para que permitam a circulação de veículos pesados necessários no combate a incêndios florestais. O meio de financiamento previsto passa por candidaturas ao quadro comunitário em vigor.

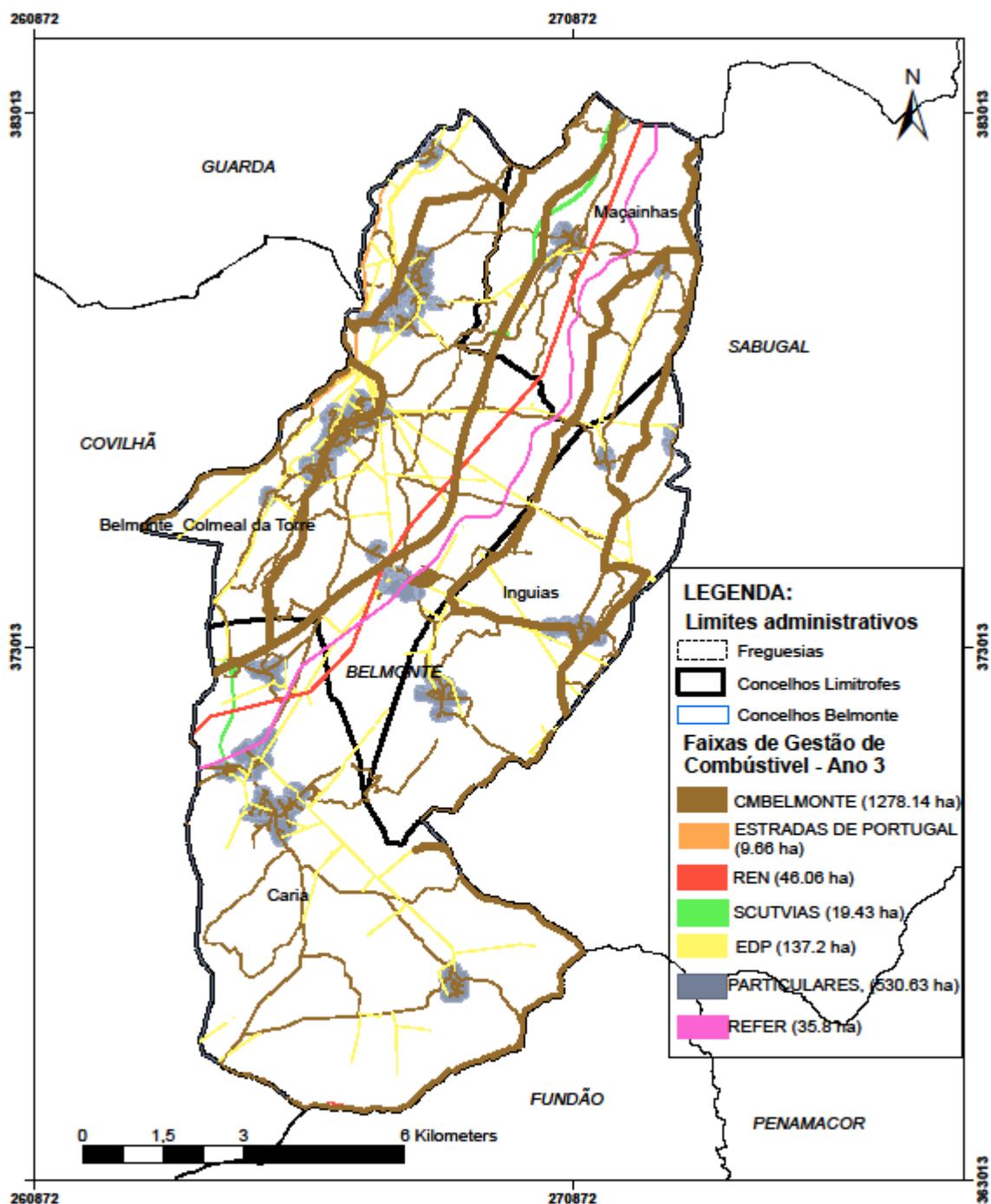
A nível de intervenções a fazer nos pontos de água, propõem-se trabalhos de limpeza e manutenção, de forma a torna-los operacionais no âmbito do Decreto-Lei n.º 133/2007 de 26 de Janeiro. O meio de financiamento para beneficiar os pontos de água também passa por candidaturas ao quadro comunitário em vigor.



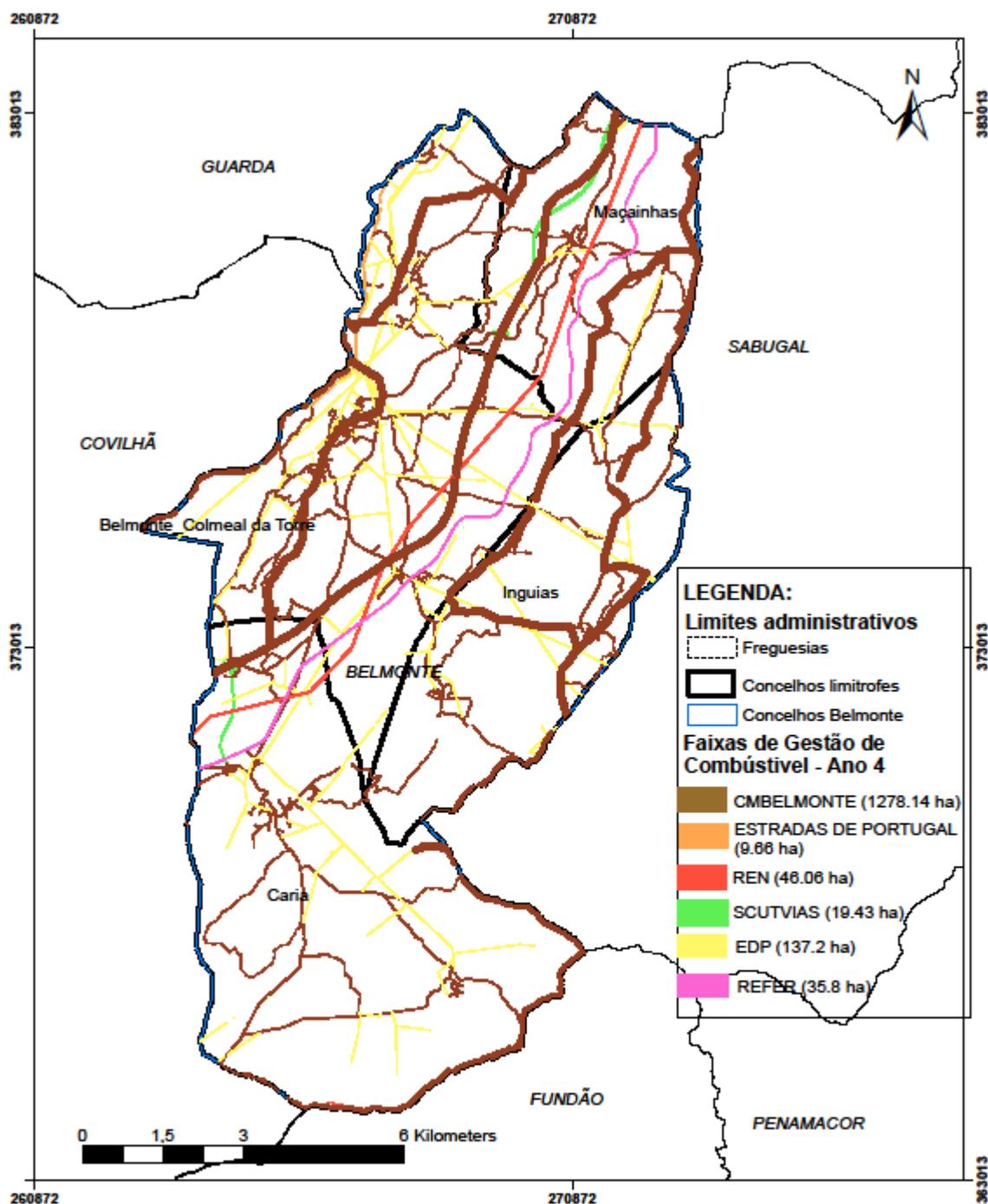
 Mapa 24	Carta de Intervenção nas Faixas de Gestão de Combustível do Concelho de Belmonte - ANO1		
	Projeção Retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



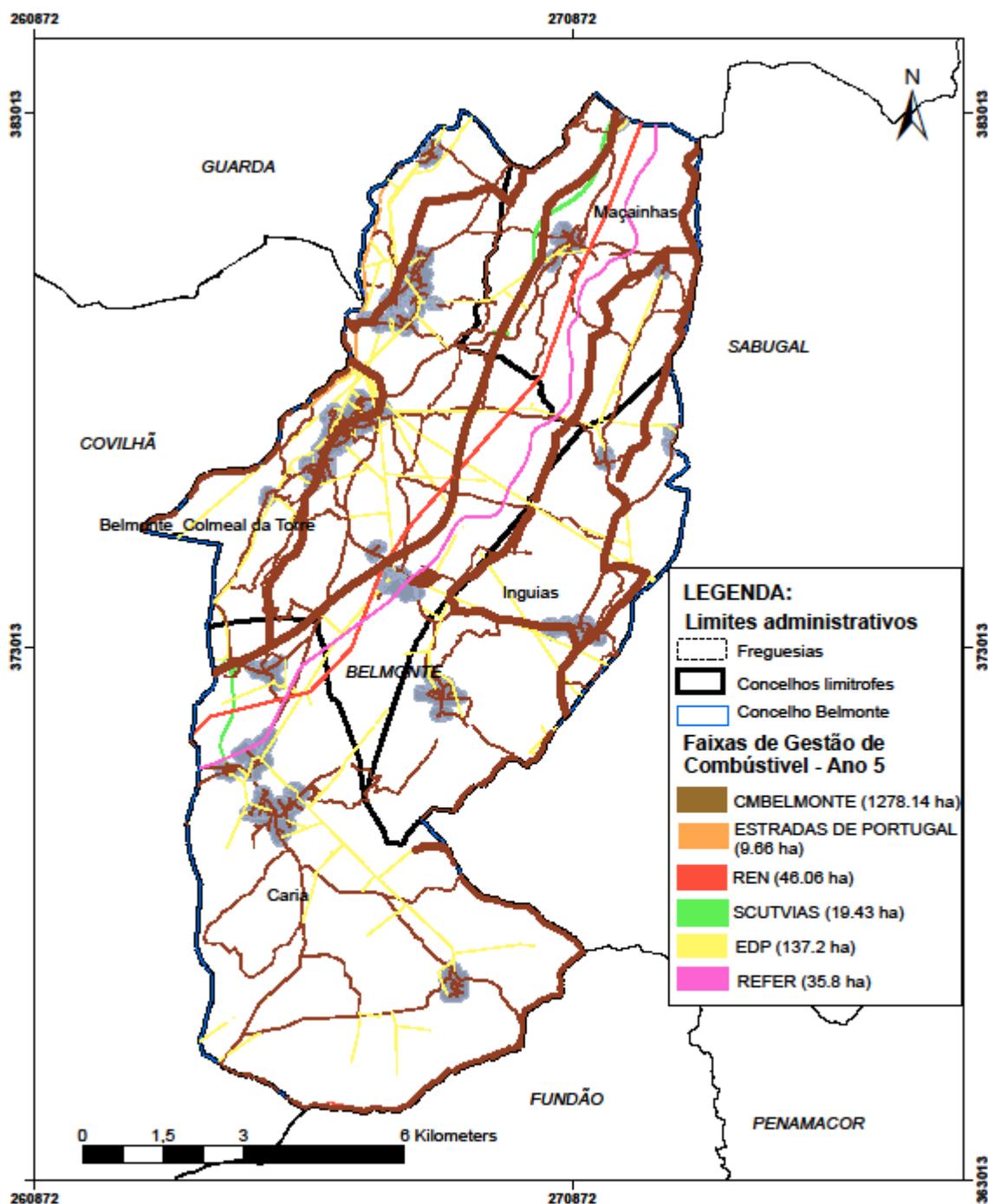
 Mapa 25	Carta de Intervenção nas Faixas de Gestão de Combustível do Concelho de Belmonte - ANO 2		
	Projeção Retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



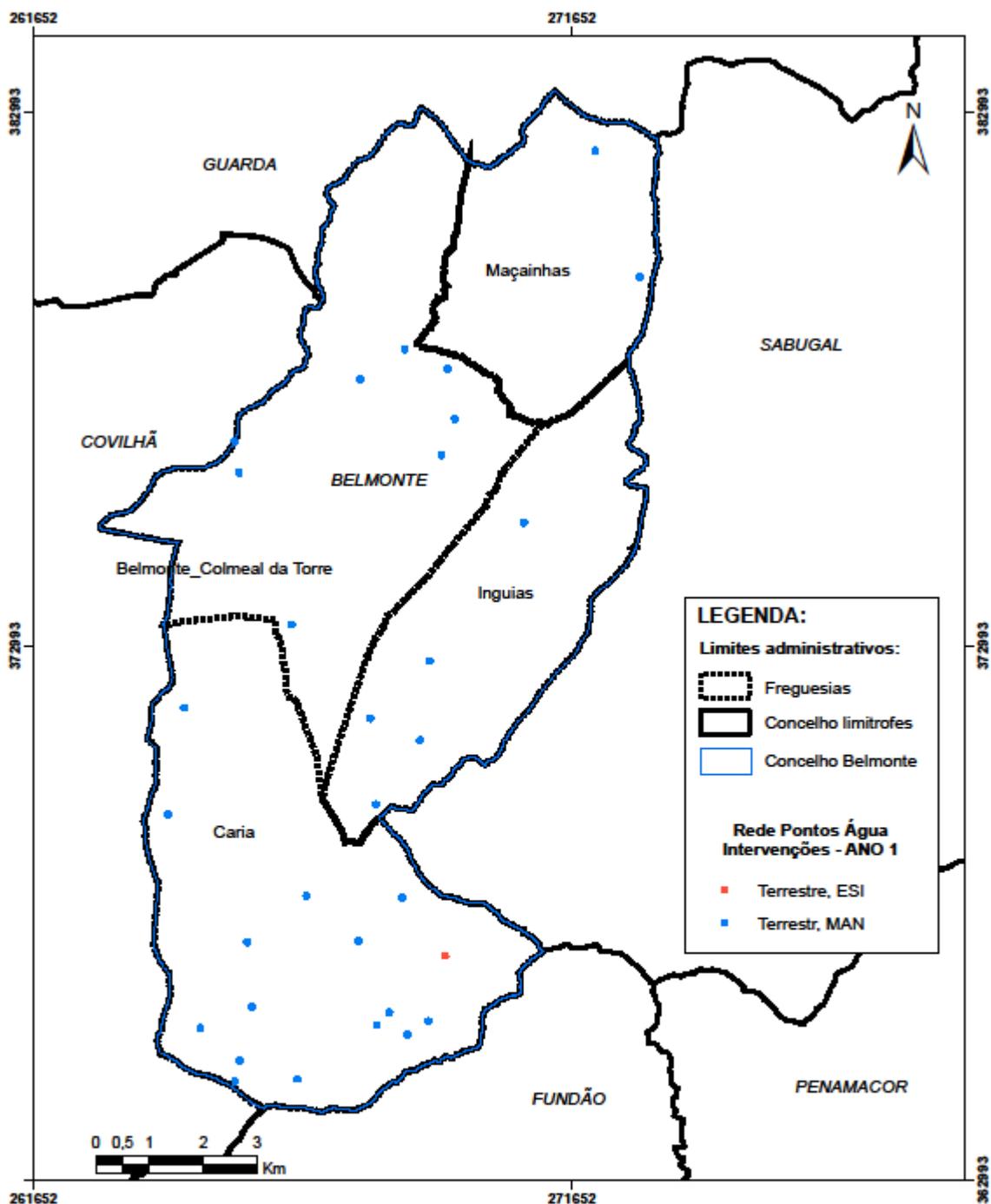
 Mapa 26	Carta de Intervenção nas Faixas de Gestão de Combustível do Concelho de Belmonte - ANO 3		
	Projeção Retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



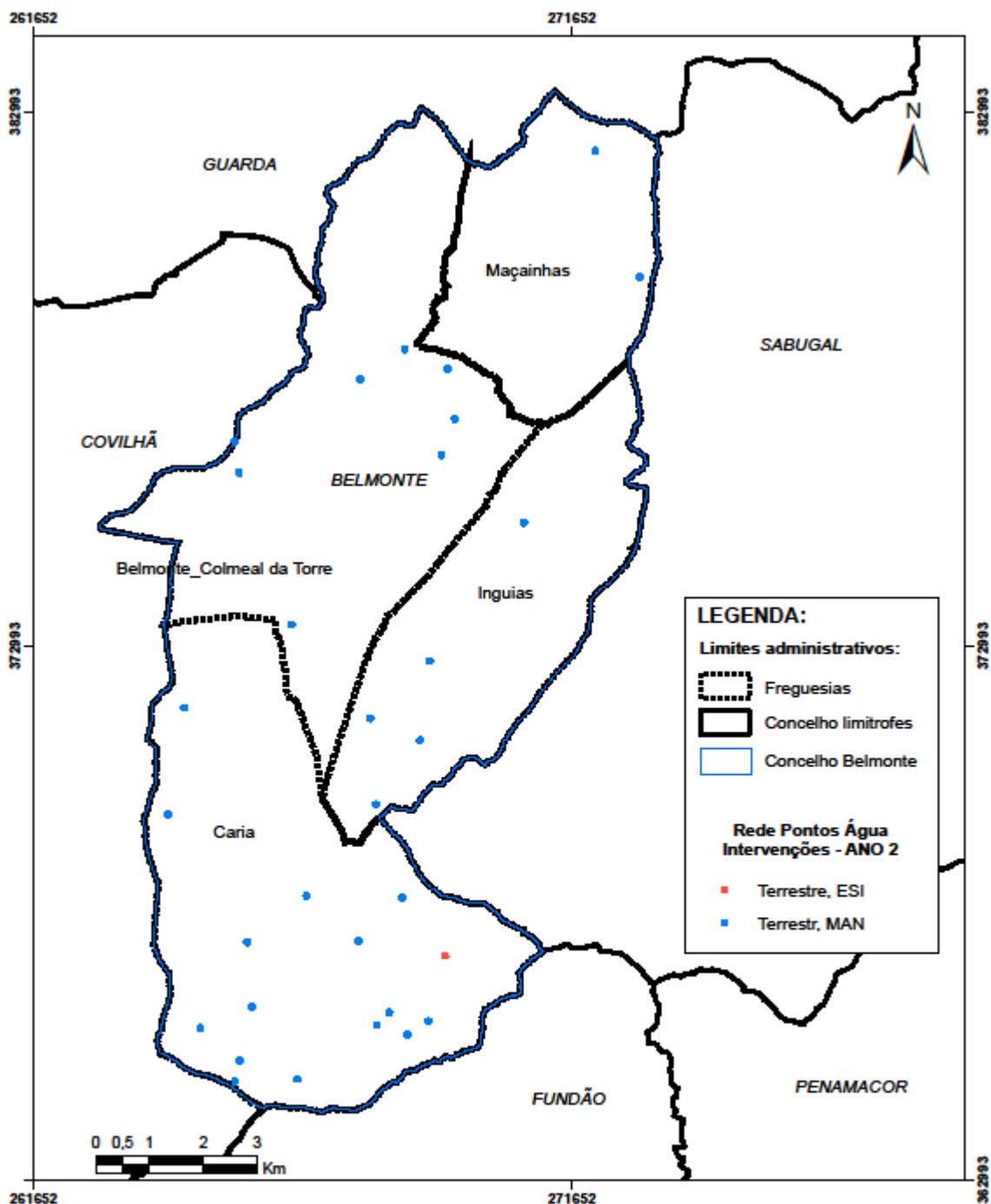
 Mapa 27	Carta de Intervenção nas Faixas de Gestão de Combustível do Concelho de Belmonte - ANO 4		
	Projeção Retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



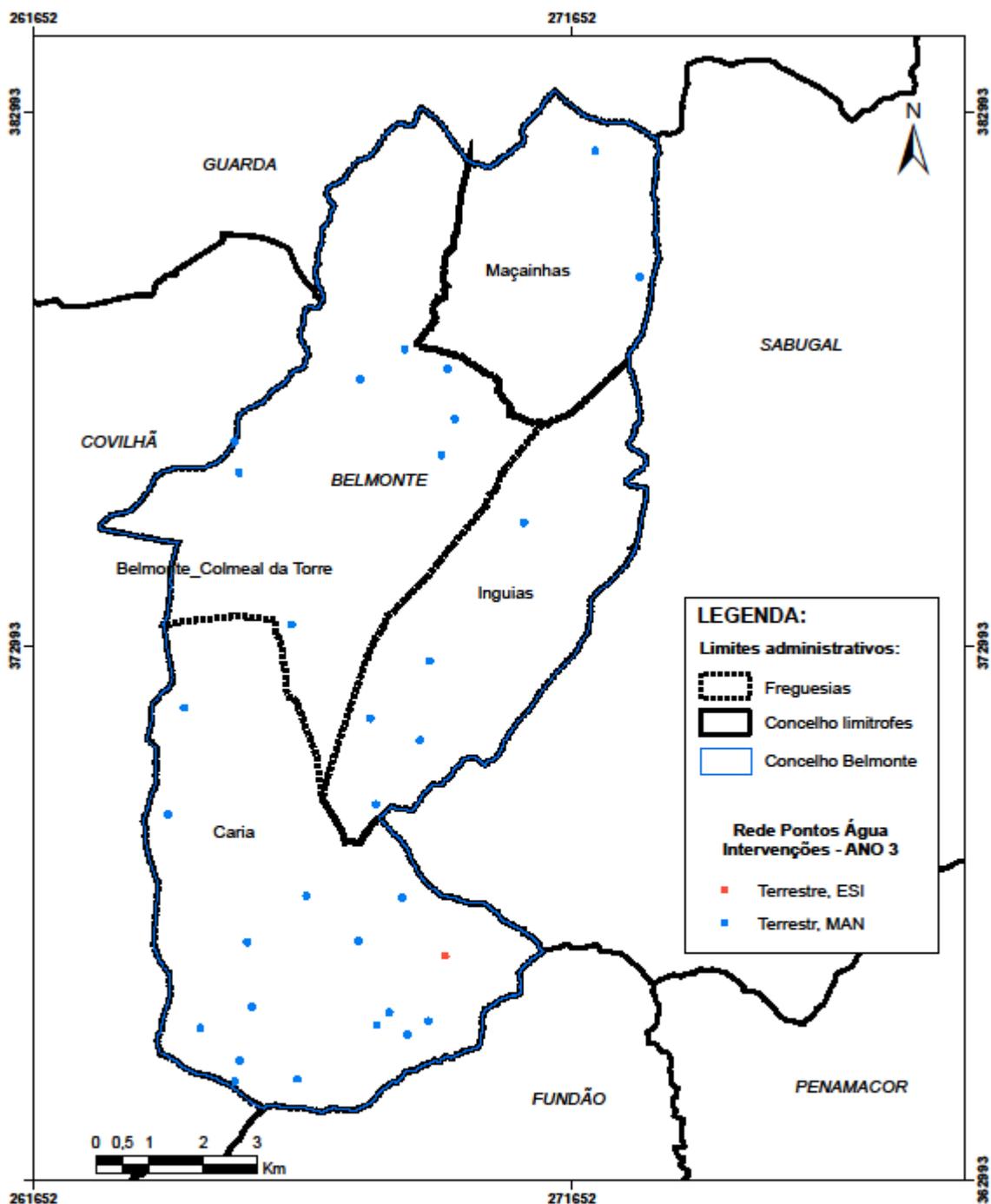
 Mapa 28	Carta de Intervenção nas Faixas de Gestão de Combustível do Concelho de Belmonte - ANO 5		
	Projeção Retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



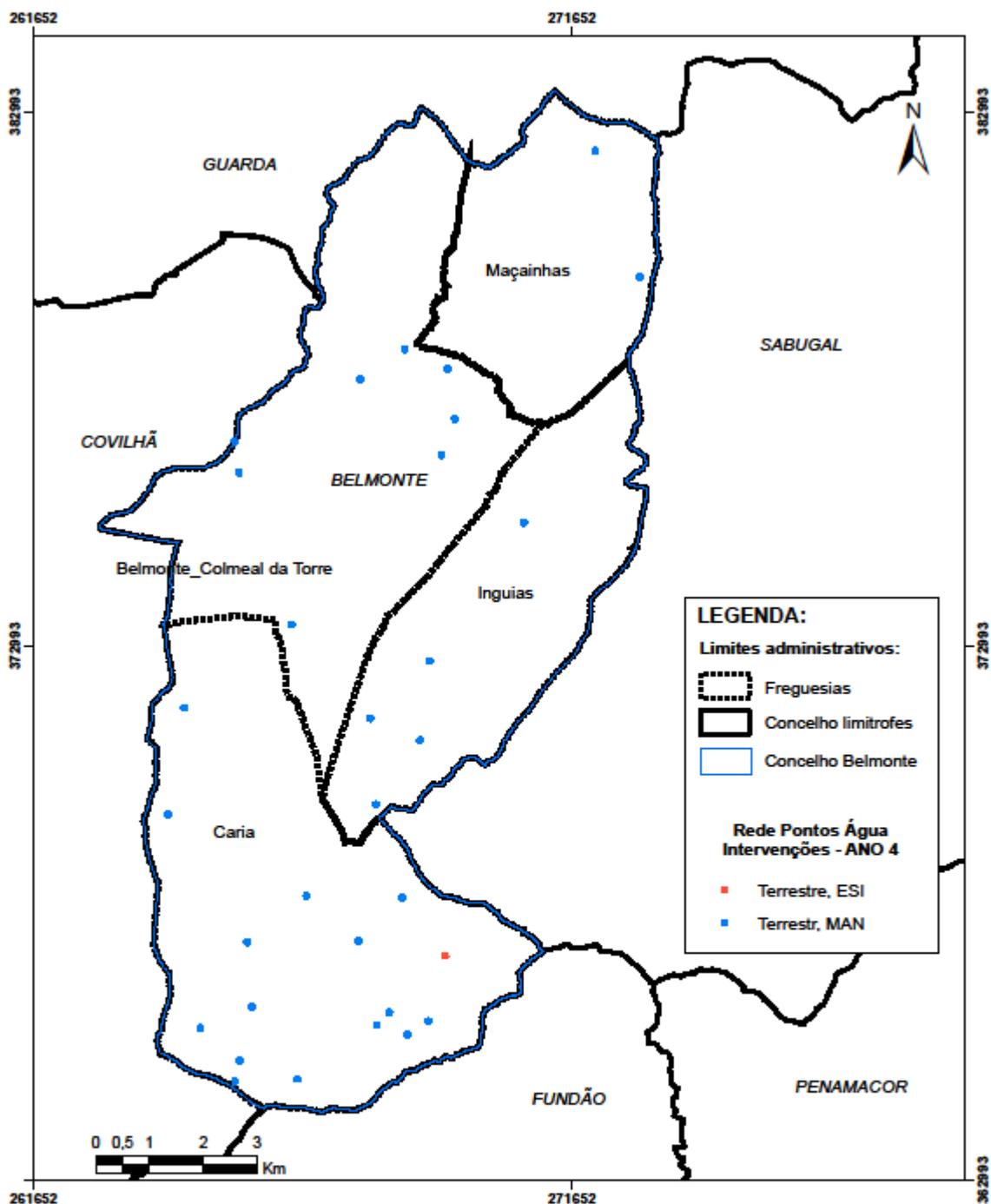
 Mapa 29	Carta de intervenção na Rede de Pontos de Água do Concelho de Belmonte - ANO 1		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Fevereiro 2015	Fonte (s): IGP



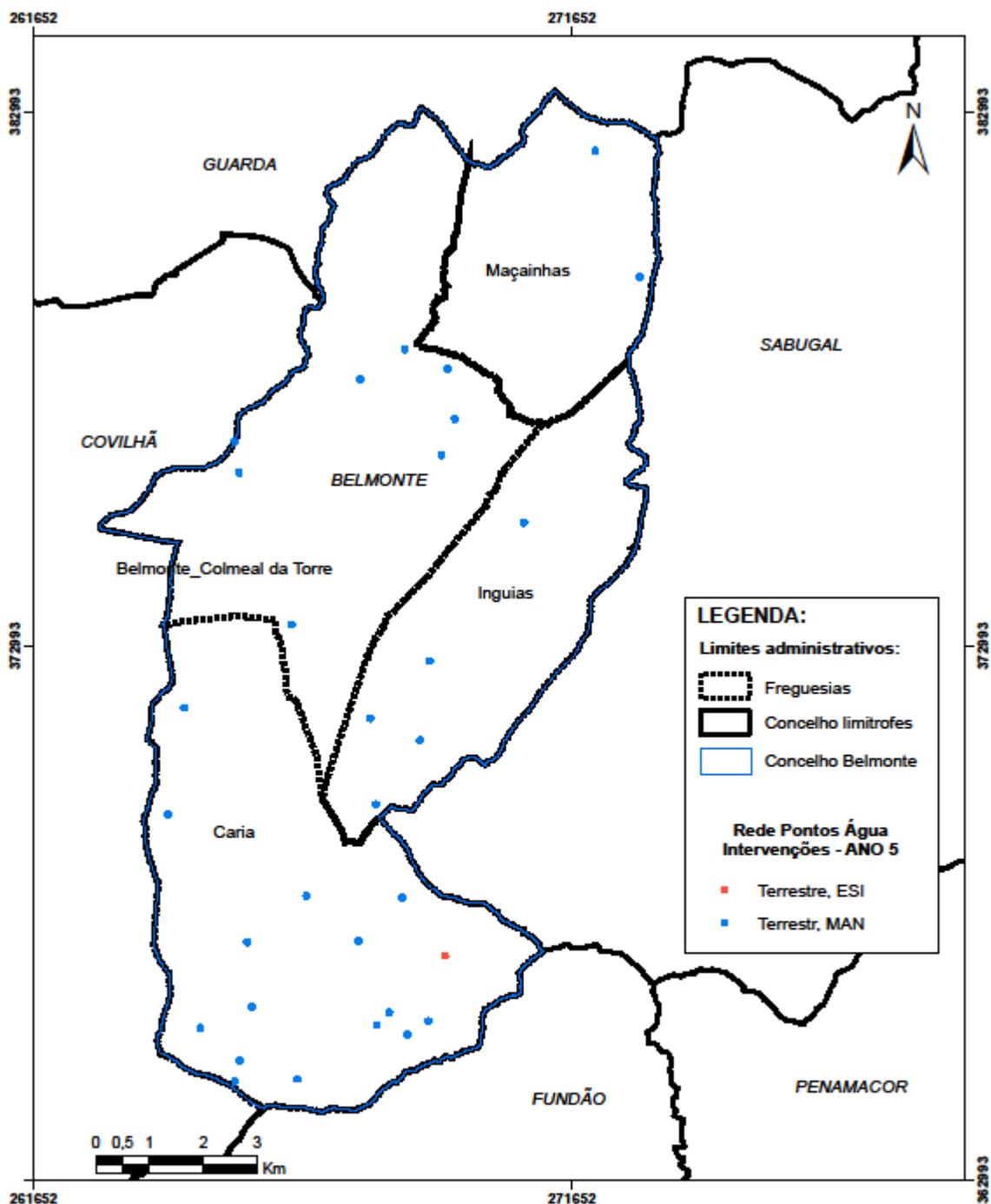
 Mapa 30	Carta de intervenção na Rede de Pontos de Água do Concelho de Belmonte - ANO 2		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Fevereiro 2015	Fonte (s): IGP



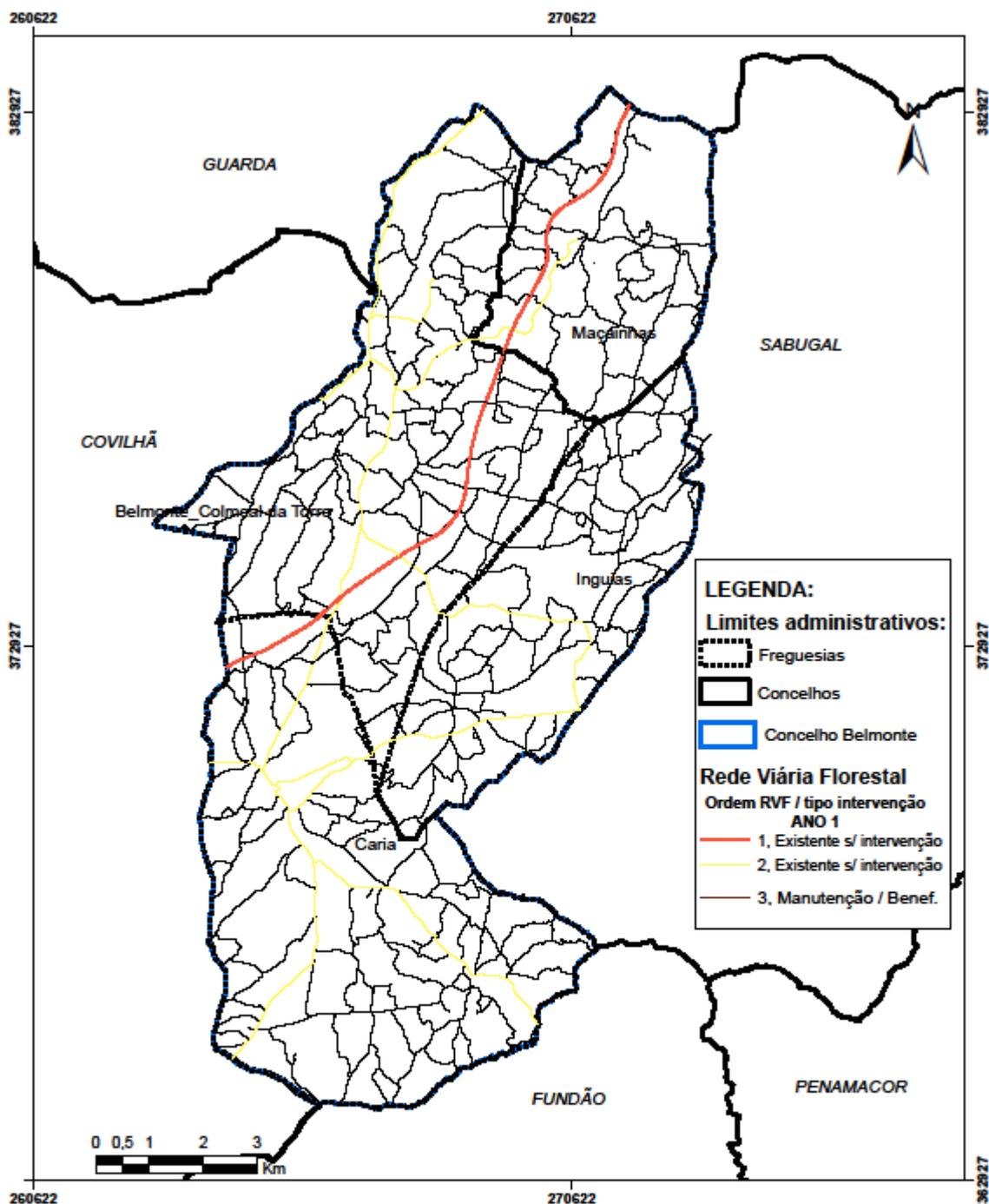
 Mapa 31	Carta de intervenção na Rede de Pontos de Água do Concelho de Belmonte - ANO 3		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Fevereiro 2015	Fonte (s): IGP



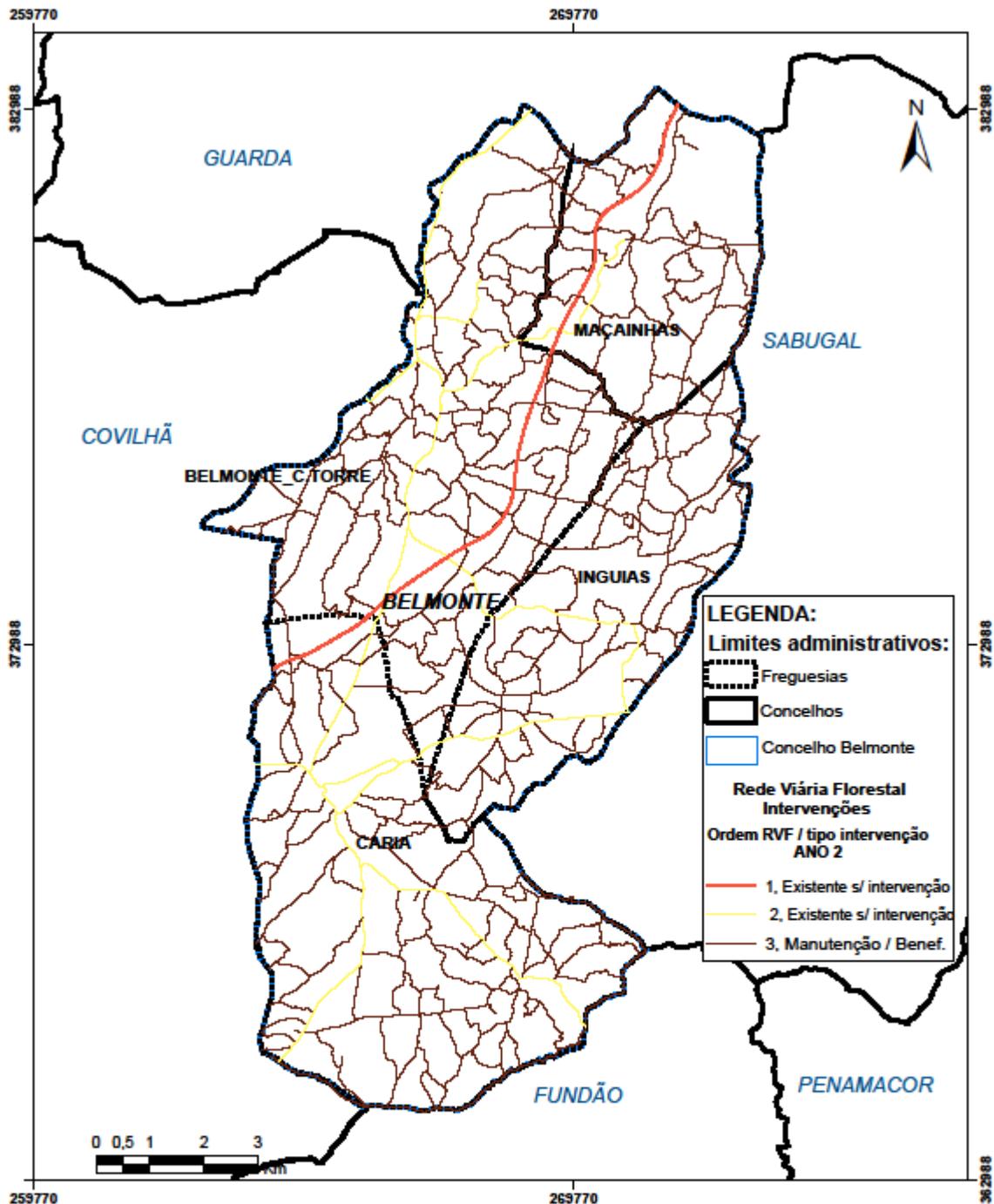
 Mapa 32	Carta de intervenção na Rede de Pontos de Água do Concelho de Belmonte - ANO 4		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Fevereiro 2015	Fonte (s): IGP



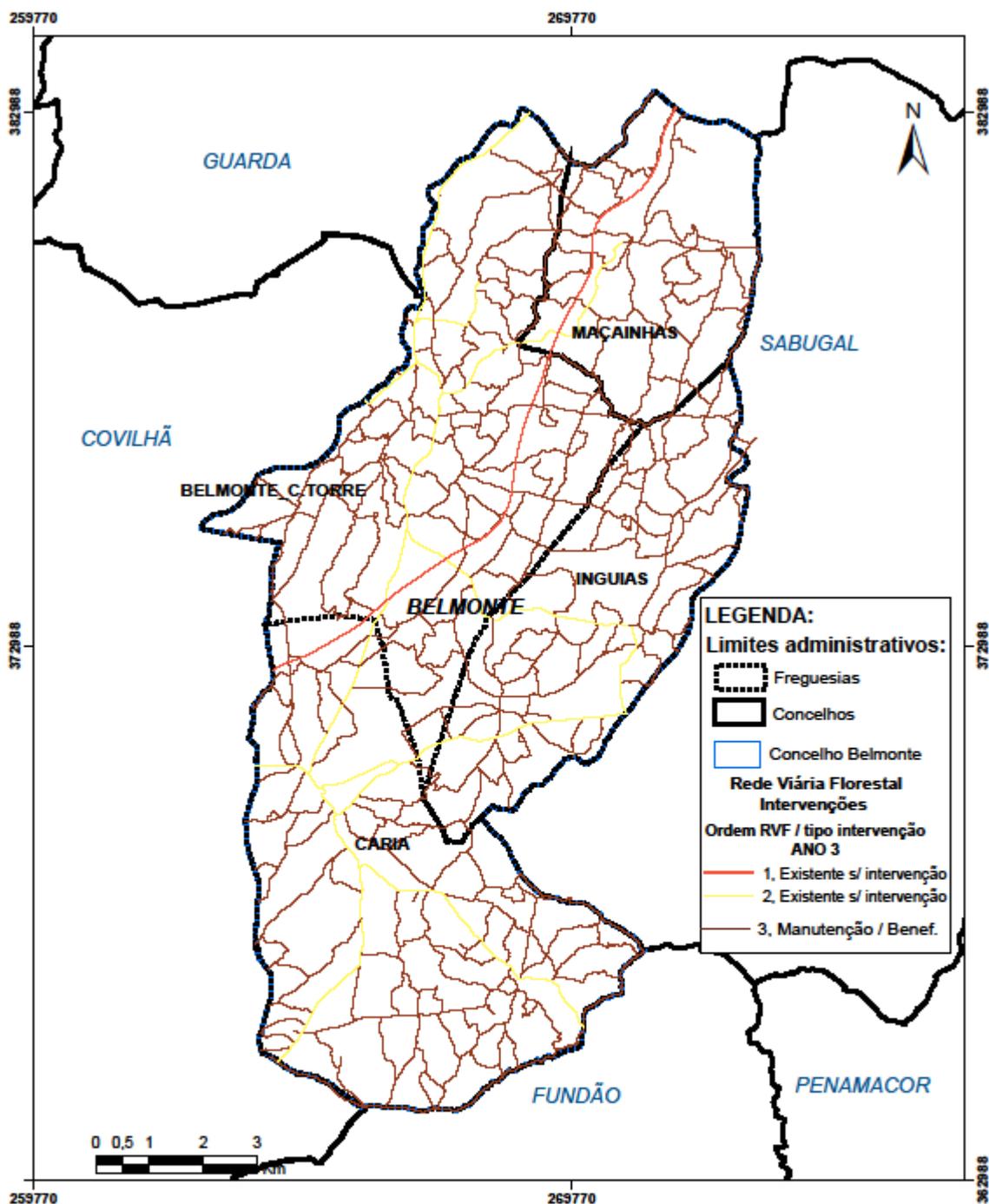
 Mapa 33	Carta de intervenção na Rede de Pontos de Água do Concelho de Belmonte - ANO 5		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Fevereiro 2015	Fonte (s): IGP



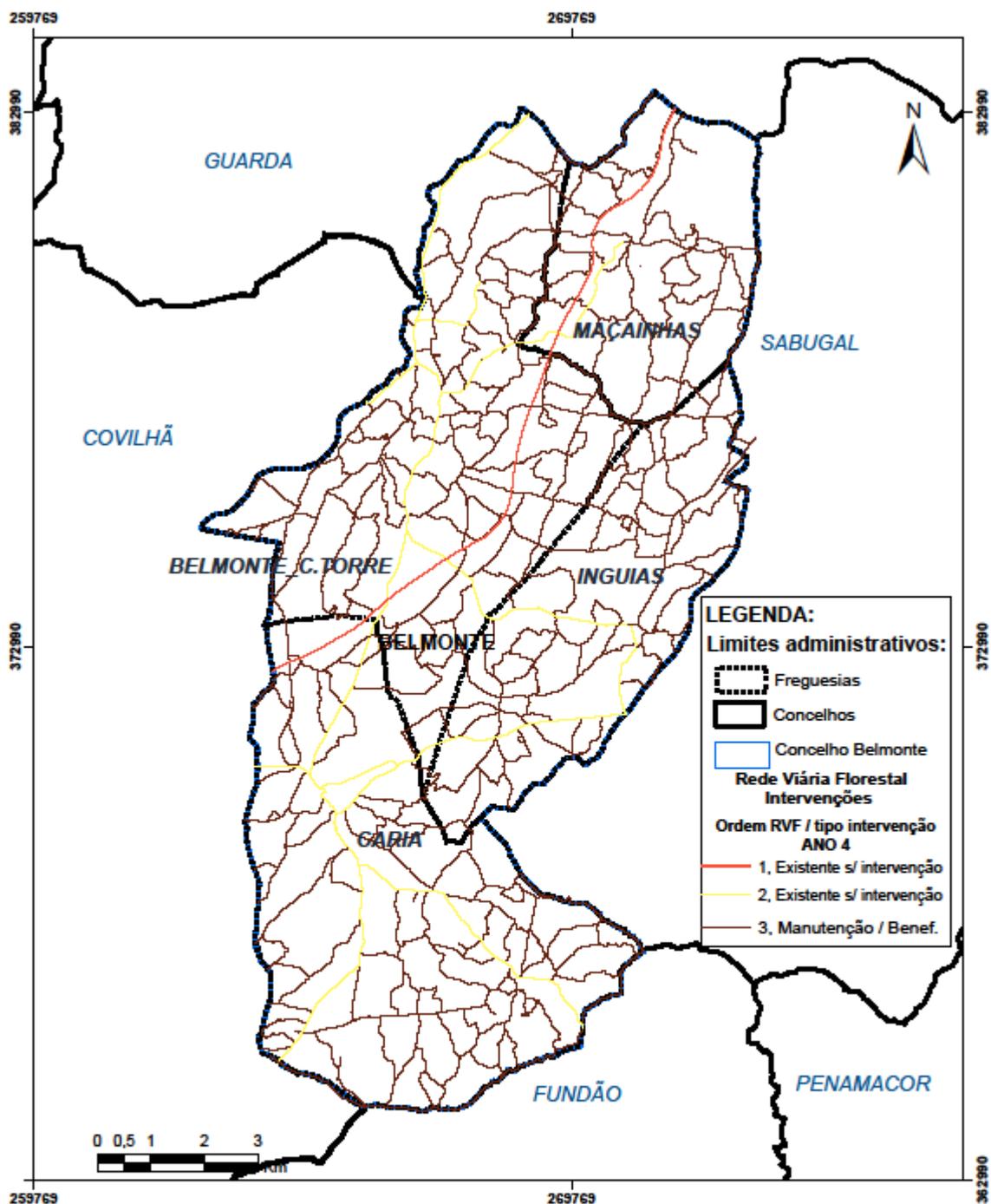
 Mapa 34	Carta de intervenção na Rede Viária Florestal do Concelho de Belmonte - ANO 1		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



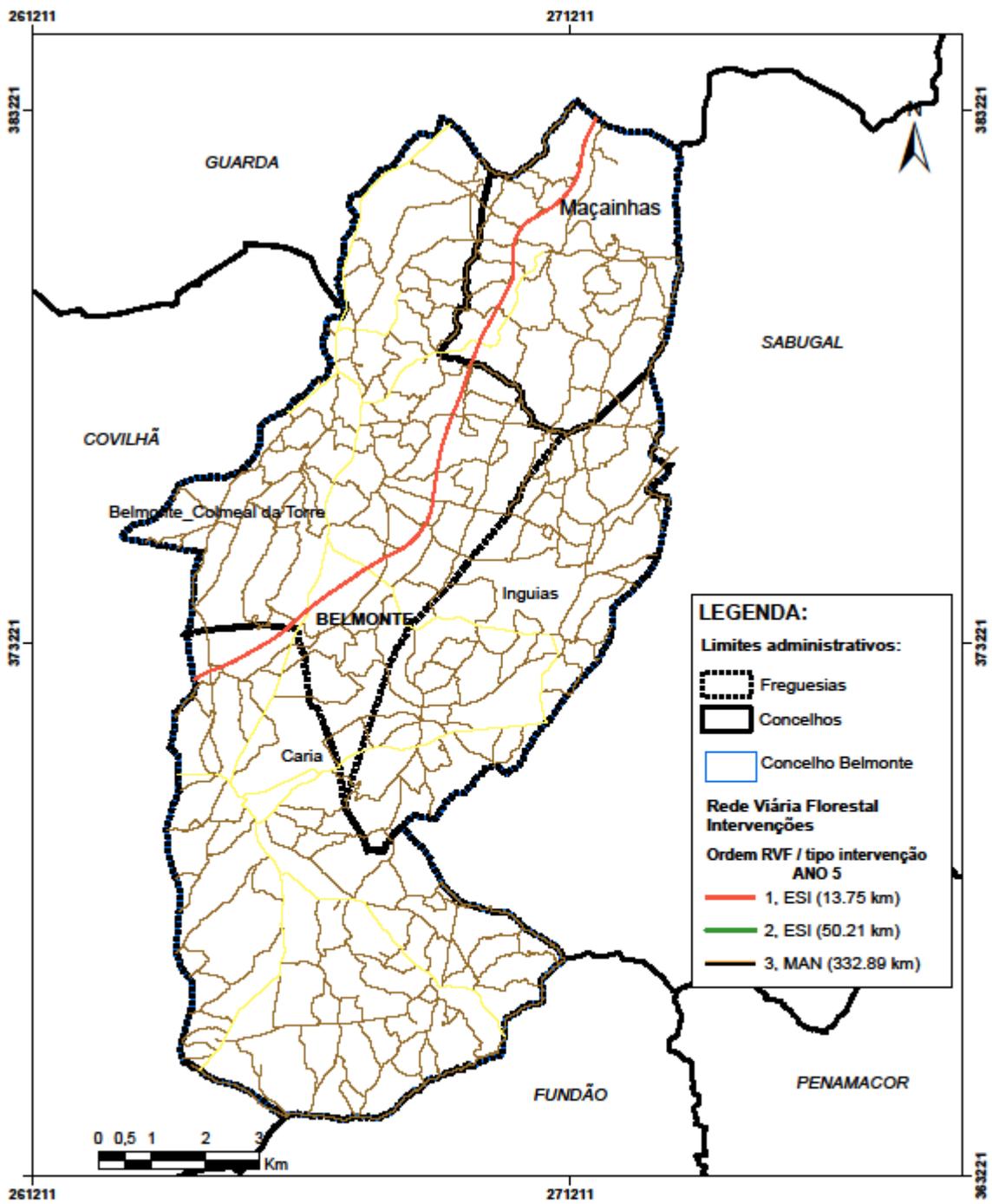
 Mapa 35	Carta de intervenção na Rede Viária Florestal do Concelho de Belmonte - ANO 2		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



 Mapa 36	Carta de intervenção na Rede Viária Florestal do Concelho de Belmonte - ANO 3		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP



 Mapa 37	Carta de intervenção na Rede Viária Florestal do Concelho de Belmonte - ANO 4
Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013
Fonte (s): IGP	



 Mapa 38	Carta de intervenção na Rede Viária Florestal do Concelho de Belmonte - ANO 5		
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013	Fonte (s): IGP

Rede de Faixas de Gestão de Combustível

Distribuição da área total com/sem necessidade de intervenção (ha)														
Código descrição da faixa / mosaico	Descrição Faixa / Mosaico	Área total c/ neces. interv. (ha)	Área total s/ neces. interv. (ha)	Área total FGG (ha)	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5	
					Área c/ interv. (ha)	Área s/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área s/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área s/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área s/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área s/ interv. (ha)
2	Aglo. populac.	530,6	0	530,6	530,6	0	0	530,6	530,6	0	0	530,6	530,6	0
3	Parques e políg. Indúst.	8,8	0	8,8	8,8	0	0	8,8	8,8	0	0	8,8	8,8	0
4	Rede viária florestal	363,8	0	363,8	363,8	0	363,8	0	363,8	0	363,8	0	363,8	0
5	Rede Ferroviária	35,8	0	35,8	0	0	35,8	0	35,8	0	35,8	0	35,8	0
7	Rede eléct. muito alta tensão	45,9	0	45,9	45,9	0	45,9	0	45,9	0	45,9	0	45,9	0
8	Rede Primária	905,6	0	905,6	905,6	0	905,6	0	905,6	0	905,6	0	905,6	0
10	Rede eléct. de média tensão	137,02	0	137	137,02	0	137,02	0	137,02	0	137,02	0	137,02	0
11	Mosaicos	0	10023	10023	0	10023	0	10023	0	10023	0	10023	0	10023
Total		2027,52	10023	12050,5	1991,72	10023	1488,12	10562,4	2027,52	10023	1488,12	10031,9	2027,52	10023

Quadro 3 – Distribuição da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível por meios de execução

Rede Viária Florestal

Ordem das vias RVF (Rede DFCI)	Compri. total c/ neces. Interv. (Km)	Compri. total s/ neces. Interv. (Km)	Compri. total (Km)	Distribuição da área total com/sem necessidade de intervenção (km)									
				ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5	
				C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)
1º Ordem	0	13.75	13.75	0	13.75	0	13.75	0	13.75	0	13.75	0	13.75
2º Ordem	0	50.21	50.21	0	50.21	0	50.2	0	50.2	0	50.2	0	50.2
Rede Compleantar	332.9	0	332.9	332.9		332.9		332.9		332.89		332.89	
Total				332.9	63.96	332.9	63.96	332.9	63.96	332.9	63.96	332.9	63.96

Quadro 4 - Intervenções (manutenção) na rede viária florestal

Rede de Pontos de Água (RPA)

ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de intervenção (C-Construção / M-Manutenção)				
				ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1	214	Charca	10020	M	M	M	M	M
2	214	Charca	10943,9	M	M	M	M	M
3	214	Charca	6677,4	M	M	M	M	M
4	214	Charca	1999,2	M	M	M	M	M
5	214	Charca	7226,1	M	M	M	M	M
6	214	Charca	2427,4	M	M	M	M	M
7	214	Charca	1337,5	M	M	M	M	M
8	211	Charca	69980	M	M	M	M	M
9	214	Charca	6522,7	M	M	M	M	M
10	214	Charca	11757	M	M	M	M	M
11	212	Albufeira de açude	30290,9	M	M	M	M	M
12	214	Charca	3118,7	M	M	M	M	M
13	214	Charca	10548,7	M	M	M	M	M
14	214	Charca	33888,9	M	M	M	M	M
15	222	Rio	5569,11	-	-	-	-	-
16	214	Charca	16600,7	M	M	M	M	M
17	214	Charca	14735,9	M	M	M	M	M
18	214	Charca	1352,9	M	M	M	M	M
19	214	Charca	2143,6	M	M	M	M	M
20	214	Charca	2070,9	M	M	M	M	M
21	214	Charca	1589,4	M	M	M	M	M
22	214	Charca	6144,6	M	M	M	M	M
23	214	Charca	4433,2	M	M	M	M	M
24	214	Charca	3079,3	M	M	M	M	M
25	214	Charca	1569,87	M	M	M	M	M
26	214	Charca	748,54	M	M	M	M	M
27	214	Charca	7827,67	M	M	M	M	M
28	214	Charca	5253,7	M	M	M	M	M
29	214	Charca	4347,3	M	M	M	M	M
31	214	Charca	596,6	M	M	M	M	M
32	213	Canal de Rega	1000	-	-	-	-	-
Total			285801,7					

Quadro 5 - Intervenções (manutenção) na rede pontos de água

Designação da FGC	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
2 - Aglomerado Populacional	Gestão mecânica de combustível e correção de densidades excessivas e desramação	ha	531	0	531	0	531
3 - Parques e polígonos industriais	Gestão mecânica de combustível e correção de densidades excessivas e desramação	ha	8.8	0	8.8	0	8.8
4 - Rede viária florestal	Gestão mecânica de combustíveis e correção de densidades excessivas	ha	363.8	363.8	363.8	363.8	363.8
5 – Rede Ferroviária	Gestão mecânica de combustíveis e correção de densidades excessivas	ha	0	35.8	35.8	35.8	35.8
7 - Rede elétrica muito Alta Tensão	Gestão mecânica de combustíveis e correção de densidades excessivas	ha	45.88	45.88	45.88	45.88	45.88
8 - Rede Primária	Gestão mecânica de combustível e correção de densidades excessivas e desramação	ha	905.58	905.58	905.58	905.58	905.58
10 - Rede elétrica de média tensão	Gestão mecânica de combustíveis e correção de densidades excessivas	ha	137	137	137	137	137
11 - Mosaicos	Sem intervenção	ha	0	0	0	0	0

Quadro 6 - Metas e Indicadores das Faixas de Gestão de Combustível

Designação da RVF	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1º Ordem	Existente s/ intervenção	km	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2º Ordem	Existente s/ intervenção	km	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rede complementar	Manutenção / Beneficiação	km	332.89	332.89	332.89	332.89	332.89

Quadro 7 - Metas e Indicadores da Rede Viária Florestal

Designação da RPA	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Terrestre	Manutenção/Beneficiação	Unidades	29	29	29	29	29

Quadro 8 - Metas e Indicadores da Rede de Pontos de Água

Descrição Faixa	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
2 - Aglomerados Populacionais	Particulares	718203,1	0	718203,1	0	718203,1
3 - Parques e polígonos industriais	Município	11364	0	11364	0	11364
4 - Rede viária florestal	Município	171820	171820	171820	171820	171820
5 – Rede Ferroviária	REFER	2140,12	2140,12	2140,12	2140,12	2140,12
7 - Rede Elétrica muito Alta Tensão	REN	21748,7	21748,7	21748,7	21748,7	21748,7
8 - Rede Primária	Município	1448579,79	1448579,79	1448579,79	1448579,79	1448579,79
10 - Rede elétrica de média tensão	EDP	64396,33	64396,33	64396,33	64396,33	64396,33
11 - Mosaicos	Particulares	0	0	0	0	0
TOTAL		2438252,04	1708684,94	2438252,04	1708684,94	2438252,04

Quadro 9 - Orçamento e responsáveis – Faixas de Gestão de Combustível

Descrição Faixa	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1ª Ordem	SCUTVIAS	0	0	0	0	0
2ª Ordem	E.P. / Município	0	0	0	0	0
Complementar	Município	499335	499335	499335	499335	499335
TOTAL		499335	499335	499335	499335	499335

Quadro 10 - Orçamento e responsáveis – Rede Viária Florestal

Ação	Classe_PA	Responsáveis	Orçamento (€)				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Manutenção / Beneficiação	Terrestre	Particulares / Município	5636,5	5636,5	5636,5	5636,5	5636,5

Quadro 11 - Orçamento e responsáveis – Rede de Pontos de Água

4.2 – 2º EIXO ESTRATÉGICO - Redução da incidência dos incêndios

A despistagem das causas de incêndio florestais a nível nacional tem concluído que a maioria dos incêndios são causados por ações humanas, quer negligentes, quer dolosas. A negligência tem-se verificado a dois níveis: desde logo na manutenção inadequada das matas privadas, onde com frequência se deixam acumular os combustíveis lenhosos que aumentam a inflamabilidade dos terrenos; e na falta de precauções no maneiio do fogo tanto para fins utilitários (queimas de sobrantes agrícolas, queimadas para renovação de pastagens) como festivos. As intenções dolosas verificam-se nos casos de fogo posto com fins destrutivos ou mesmo criminosos.

Todos estes aspetos aliados a condições meteorológicas extremas, contribuem para a ocorrência de grandes incêndios. Tendo em conta esta situação, urge desenvolver ações que promovam a mudança de atitudes, com o objetivos de diminuir o número de deflagrações, facilitar o combate e dificultar a progressão do fogo. A destruição dos cobertos vegetais, provocada pelos incêndios tem como consequência imediata a diminuição da fertilidade dos solos, o aumento da suscetibilidade à sua erosão e afeta, ainda, o regime hídrico, na medida em que diminui a infiltração e aumenta o escoamento superficial e a evaporação. Assim, recursos como a água para consumo humano ou das praias fluviais acabam por ser afetados, não só em quantidade, mas também em qualidade. Relativamente à fauna, os efeitos indiretos incidentes sobre ela são, por norma, maiores do que os causados diretamente, como a morte dos animais. Isto acontece porque os incêndios de grande intensidade e extensão provocam uma repentina ausência de abrigo e alimento, sendo as espécies mais afetadas as que apresentam um nicho ecológico mais específico e uma capacidade de dispersão mais reduzida. Para que, tanto a ocorrência de incêndios como a sua extensão diminuam, é urgente haver uma mudança de mentalidades.

Perante este cenário, é de toda a conveniência sensibilizar os diferentes segmentos populacionais para o valor patrimonial coletivo das florestas, quer do ponto de vista económico como social e ambiental. Uma população que valorize o património florestal com certeza estará mais disposta a zelar pela sua conservação. Mas, sensibilizar não é suficiente. Importa também instruir o coletivo quanto aos métodos e medidas mais adequadas à prevenção. Nem sempre existe consciência das ligações de causa e efeito entre ações tão aparentemente inócuas quanto as pirotecnias festivas e as grandes catástrofes incendiárias, ou entre os churrascos de Verão e as mortes devidas aos fogos florestais. A instrução é por isso imprescindível, além da sensibilização.

O concelho de Belmonte tem vindo a desenvolver nos últimos anos várias ações de educação e sensibilização ambiental, nomeadamente sobre a DFCI, recorrendo a várias estruturas e/ou equipas tais como:

✓ No âmbito do programa do Instituto Português da Juventude “Voluntariado Jovem para as Florestas”, o Município de Belmonte, através do GTF, têm acolhido várias equipas de jovens ao longo dos anos de 2006 e 2011. As atividades deste programa passam, para além da vigilância, pela sensibilização das populações para o risco de incêndio, entre outras, estas equipas irão cooperar nas ações de sensibilização que à frente se descrevem. No próximo quinquénio de 2014-2018, pretende-se continuar o programa, sobre tudo na sede do município, de onde pertencem a maioria dos jovens que se inscreve:

Objetivos estratégicos:

- ✓ Sensibilização
- ✓ Sensibilização da população
- ✓ Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e suas motivações

Objetivos operacionais:

- ✓ Sensibilizar a população escolar
- ✓ Sensibilização da população em geral;
- ✓ Fiscalização.

Ações:

- ✓ Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional;
- ✓ Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco;
- ✓ Executar campanhas de sensibilização e educação escolar.

4.2.1 – Avaliação

Comportamento de risco

O quadro seguinte apresenta a identificação dos comportamentos de risco mais expressivos, por grupo alvo.

Diagnóstico - Resumo						
Grupo-Alvo	Comportamento de Risco				Impacto e Danos	
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?	Nº Ocorrências (2008-2012)	Área Ardida
População Urbana / Agricultor / Apicultor / Pastor	Uso do fogo, utilização de maquinaria e equipamento florestal	Confecionar alimentos, queima de sobranes, uso de fumigadores, lançamento de faúlhas	Todo o Concelho	Todo o ano	20	*
Campista/Turista/Peregrino	Uso do fogo	Confeção de comida	Todo o Concelho	Todo o ano	*	*
* Dados não disponíveis						

Quadro 12 - Comportamentos de risco

Fiscalização

De acordo com o art.º 37 de Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, a fiscalização é feita pela Guarda Nacional Republicana, no quadro 12 estão representados os autos levantados pela GNR nos anos de 2011, 2012 e 2013, todos eles tiveram instrução por parte da Câmara Municipal de Belmonte.

A Câmara recebe e dá continuidade às denúncias relativas à falta de gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta das edificações, que são feitas por parte dos particulares. No quadro 13 pode-se verificar o número de denúncias recebidas nos anos de 2011, 2012 e 2013.

	GNR								Denúncias Particulares		
	Ano 2011		Ano 2012			2013			Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
	Gestão de Comb.	Queimada	Gestão de Comb.	Queimada	Queima	Gestão de Comb.	Queimada	Queima	Gestão de Comb.	Gestão de Comb.	Gestão de Comb.
N.º de autos levantados	6	4	5	3	1	7	1	1	9	5	6
% de Processos Instruídos	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 13 - Inventariação de autos e processos instruídos pela GNR e pela Câmara Municipal, anos 2011, 2012 e 2013

Ação	Metas	Indicadores				
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações) e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao dia 15 de Abril, todas as situações de maior risco são identificadas e notificados os despectivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação	Todas as freguesias do concelho				
Coordenação das ações de vigilância, deteção e fiscalização	Enquadramento destas ações nas CMDFCI e definição de estratégias de atuação ao nível municipal	Todas as freguesias do concelho				

Quadro 14 – Fiscalização e planeamento de ações, metas e indicadores

Ação	Metas	Responsáveis	Orçamento (€)				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações) e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao dia 15 de Abril, todas as situações de maior risco são identificadas e notificados os despectivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação	GNR e Câmara Municipal	12.500	12.500	12.500	12.500	12.500
TOTAL			12.500	12.500	12.500	12.500	12.500

Quadro 15 – Fiscalização – Estimativa orçamental e responsáveis

4.2.2 – Planeamento das ações referentes ao 2º Eixo Estratégico

Sensibilização da população

O resultado das ações de sensibilização não se concretiza, normalmente, no curto prazo, pelo que o trabalho a desenvolver terá um carácter permanente e tenderá para o fomento do interesse e participação de cada cidadão.

Pretende-se com a sensibilização, a participação e educação da população em geral para a adesão e adoção de estratégias de Prevenção da Floresta, de Gestão Florestal Sustentada e de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tais como:

- Integrar o esforço de gestão florestal dos proprietários numa futura política florestal de freguesia ou concelhia, com especial relevo para a redução do risco e perigo de incêndio, mobilizando-os para a limpeza e manutenção das suas matas;
- Reduzir o número de incêndios causados por negligência, desaconselhando atividades perigosas como a pirotecnia, churrascos nos meses secos e as consequências inerentes ao uso de maquinaria de combustão (interna e externa);
- Divulgação dos números telefónicos de alerta de incêndios.

Para o desenvolvimento destas ações, prevê-se ter como parceiros as entidades representadas na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) designadamente:

- Gabinete Técnico Florestal;
- Bombeiros Voluntários de Belmonte;
- Guarda Nacional Republicana;
- Juntas de Freguesia;
- Organização de Produtores Florestais.

Além destas entidades, será de esperar a alguma colaboração da parte das paróquias, escolas e das comissões de festas populares.

Sessões Públicas

Efetuar-se-ão sessões públicas nas Freguesias do Concelho, nas suas instalações, ou em contrapartida em paróquias e associações locais, pretendendo desta forma sensibilizar os cidadãos, dando especial atenção aos proprietários florestais e agricultores. Estas sessões serão complementadas com:

- Distribuição de folhetos, cartazes e desdobráveis com mensagens apelativas à prevenção de incêndios florestais;
- Elaboração e distribuição de infomail's de sensibilização e com conselhos práticos à prevenção de incêndios florestais, por todas as localidades do Concelho;
- Divulgação dos apoios existentes referentes à reflorestação de áreas ardidas e às vantagens em aderir às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF);
- Divulgação do Risco de Incêndio para o dia seguinte e das restrições ao uso do fogo, através da página da Internet do Município e das emissoras de rádio locais.

Ações nas Escolas

As campanhas a realizar com a comunidade escolar incidirá fundamentalmente em escolas inseridas em meio rural, onde o risco de incêndio é elevado e onde existe um registo histórico de ignições com origem em comportamentos negligentes no uso do fogo. Para isso o Gabinete Técnico Florestal irá deslocar-se às escolas para:

- Desenvolver palestras temáticas sobre os valores e os perigos da floresta;
- Distribuição de folhetos com mensagens apelativas à prevenção de incêndios florestais.

Ações de Rua

Os elementos adstritos às entidades integrantes da CMDFCI, irão promover ações de rua, através da distribuição de:

- Folhetos com mensagens informativas sobre a floresta e questões afins;

- Distribuição de cartazes de sensibilização em vários locais, designadamente cafés, associações recreativas, instituições públicas e à população em geral.

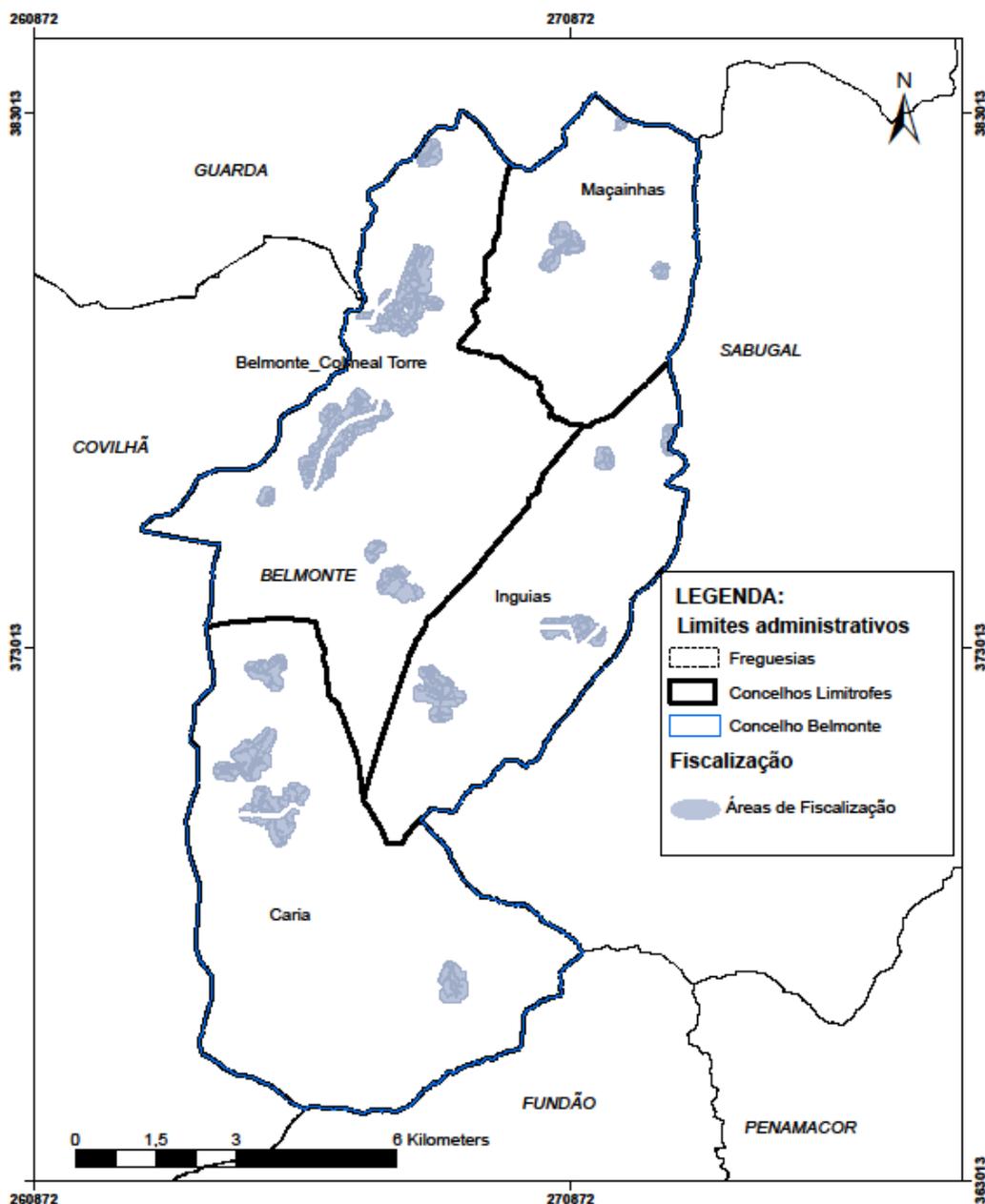
Ação de sensibilização / Público alvo	Objetivo	Metas	Data	Ano/ Local				
				ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo	Realizar ações de sensibilização/esc larecimento em todas as freguesias do Concelho	Março/Abril	4 Freguesias em articulação com o NPA*	4 Freguesias em articulação com o NPA			
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Março/Abril	Distribuição porta a porta nas 4 freguesias				
Operador de máquinas agrícolas/florestais	Sensibilizar empresas ou empresários a título individual, sobre as possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faúlhas ou faíscas e de dispositivos tapa chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	Distribuição de folhetos com informação sobre as boas práticas florestais e comportamentos de risco.	Março/Abril	Distribuição porta a porta nas 4 freguesias		Distribuição porta a porta nas 4 freguesias		Distribuição porta a porta nas 4 freguesias
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população em geral sobre a importância do corte dos matos.	Realizar ações de sensibilização/esc larecimento em todas as freguesias do Concelho	Março/Abril	4 Freguesias em articulação com o NPA				
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Março/Abril	Distribuição porta a porta nas 4 freguesias				
Estudantes	Sensibilizar a população escolar (1º ciclo) sobre a importância do corte dos matos e o uso do fogo	Realizar ações de sensibilização em todas as escolas do concelho e/ou distribuição de folhetos informativos	21 De Março	Todas as escolas do concelho				

*NPA – Núcleo de Proteção Ambiental da Guarda Nacional Republicana

Quadro 16 - Propostas das ações de sensibilização / metas e indicadores

Fiscalização

As áreas assinaladas foram identificadas como prioritárias tendo em conta que são zonas sociais. No entanto, todo o concelho deve ser cuidadosamente vigiado e fiscalizado de uma forma uniforme e constante.



 Mapa 39	Fiscalização	
	Projeção Retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Elaborado em: Novembro 2013

Ação de sensibiliz. / Público alvo	Ação	Metas	Data	Indicadores				
				ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias do Concelho	Março/Abril	4 Freguesias em articulação com o NPA				
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Março/Abril	Distribuição porta a porta nas 4 freguesias				
Operador de máquinas agrícolas/florestais	Sensibilizar empresas ou empresários a título individual, sobre as possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faúlhas ou faíscas e de dispositivos tapa chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	Distribuição de folhetos com informação sobre as boas práticas florestais e comportamentos de risco.	Março/Abril	Distribuição porta a porta nas 4 freguesias		Distribuição porta a porta nas 4 freguesias		Distribuição porta a porta nas 4 freguesias
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população em geral sobre a importância do corte dos matos.	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias do Concelho	Março/Abril	4 Freguesias em articulação com o NPA				
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Março/Abril	Distribuição porta a porta nas 4 freguesias				
Estudantes	Sensibilizar a população escolar (1º ciclo) sobre a importância do corte dos matos e o uso do fogo	Realizar ações de sensibilização em todas as escolas do concelho e/ou distribuição de folhetos informativos	21 de Março	Todas as escolas do concelho				

*NPA – Núcleo de Proteção Ambiental da Guarda Nacional Republicana

Quadro 17 – Sensibilização da população – metas e indicadores

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de Orçamentos (€)				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Comemoração do dia da Árvore	Sensibilizar 780 pessoas	GTF	3000	3000	3250	3250	3250
	Sub-Total		3000	3000	3250	3250	3250
Comemoração do dia do Ambiente	Sensibilizar 780 pessoas	GTF	3000	3000	3250	3250	3250
	Sub-Total		3000	3000	3250	3250	3250
Sensibilização da população em geral em relação ao uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar toda a população do Concelho	GTF	3250	3250	3500	3500	3500
	Sub-Total		3250	3250	3500	3500	3500
Operador de máquinas / limpeza de matos	Sensibilizar toda a população do Concelho	GTF	3000	3000	3250	3250	3500
	Sub-Total		3000	3000	3250	3250	3500
Total			12250	12250	13250	13250	13500

Quadro 18 - Sensibilização da população – estimativa orçamento e responsáveis

Concelho	Ação	Metas	Respon.	Unidades	Indicadores				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 4
Belmonte	Vigilância, Detecção	% De deteções pelos Postos de Vigia	GNR	%	60	60	60	60	60
		Coordenação das ações de prevenção relativa a vertente de vigilância deteção e fiscalização e % de Deteções pelas Equipas DFCl	GNR Câmara Municipal/GTF Juntas de Freguesia	%	35	35	35	35	35
	Primeira Intervenção	Bombeiros Voluntários de Belmonte	Bombeiros Voluntários de Belmonte	Tempo para 1º intervenção	Intervenção nos 1ºs 20 m em 90% das ocorrências no seu sector durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 m em 90% das ocorrências no seu sector durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 m em 90% das ocorrências no seu sector durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 m em 90% das ocorrências no seu sector durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 m em 90% das ocorrências no seu sector durante o período de trabalho.
	Combate	Bombeiros Voluntários de Belmonte	Bombeiros Voluntários de Belmonte	Área ardida e n.º de grds incêndios	Diminuição da média anual da área ardida e do n.º de grds incêndios	Diminuição da média anual da área ardida e do n.º de grds incêndios	Diminuição da média anual da área ardida e do n.º de grds incêndios	Diminuição da média anual da área ardida e do n.º de grds incêndios	Diminuição da média anual da área ardida e do n.º de grds incêndios
	Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio	Manutenção de viaturas de combate a incêndios e equipamento de rescaldo e vigilância	Bombeiros Voluntários de Belmonte	N.º de reacendimentos	Diminuição do n.º de reacendimentos em 10%				
% de Deteções e reacendimentos pelos Postos de Vigia		GNR	%	75	75	75	80	80	

Quadro 19 - Vigilância e deteção, primeira intervenção, combate e rescaldo e vigilância pós-incêndio – metas e indicadores

Área de Atuação	Grupo-Alvo	Período de Atuação	Entidade Responsável	Meios Envolvidos		Atividade Desenvolvida
				Recursos Humanos	Recursos Materiais	
Todo o Concelho	Toda a população	Todo o ano	GNR e Gabinete Técnico Florestal	-	-	-

Quadro 20 – Fiscalização

4.3 – 3º EIXO ESTRATÉGICO - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a deteção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos. Esta definição prévia de canais de comunicação, formas de atuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais. Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam o eixo estratégico “melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios” teve-se em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Objetivos estratégicos:

Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção;

Adequação da capacidade de 1ª intervenção;

Melhorara a eficácia e vigilância pós incêndio

Objetivos operacionais:

Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado;

Estruturar o nível municipal e distrital de 1ª intervenção;

Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital;

Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo;

Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo;

Ações:

- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes;
- Identificar todos os sistemas vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos;
- Elaborar cartas de visibilidade para os postos de vigia;
- Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

Os meios humanos e materiais ao serviço da defesa da floresta contra incêndios no Município de Belmonte são pouco numerosos, não só devido à reduzida dimensão do Concelho como também em virtude do escasso peso do sector florestal. Com efeito, não marcam presença neste território nem sapadores florestais, nem empresas ou associações de produtores florestais de larga escala, nem tão-pouco entidades como o Instituto para a Conservação da Natureza (não ocorre aqui nenhuma área protegida) ou os Serviços Florestais (não existe nenhuma Mata Nacional neste Município). Restam, sendo assim, os seguintes atores no âmbito da DFCI:

Bombeiros voluntários de Belmonte: a corporação de bombeiros aquartelada na sede de Município dispõe de um efetivo de 60 homens, disponibilizando-se um piquete de 6 em prontidão. Possuem ao seu serviço nove viaturas de combate a incêndios: um autotanque pesado de 6000 litros, dois veículos médios de 3000 e 2000 litros cada, dois veículos ligeiros de 400 litros, e ainda duas viaturas de comando. Em caso de incêndios de maior violência conta-se com a colaboração das corporações vizinhas do Fundão, da Covilhã e de Gonçalo.

GNR- SEPNA. O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana faz parte da orgânica dos Comandos dos Destacamentos Territoriais, atuando em toda a Zona de Ação do Destacamento, na dependência dos respetivos Comandantes, podendo ser instalados em qualquer Posto da área do Destacamento por necessidade de âmbito operacional. Neste caso, o Concelho de Belmonte é abrangido pelo Destacamento Territorial da Covilhã, o qual conta com 12 elementos da estrutura do Núcleo de Proteção Ambiental

Entidade	Identificação da Equipa	Recursos humanos (nº)	Área de atuação (sectores territoriais)	Período de atuação	Tipo de viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramenta de Sapador							
					4x4	4x2	Capacidade de água (L)	Potencia (hp)	Comprimento total de mangueiras (m)	Foição	Ancinho	Ancinho/Enxada (McLeod)	Polaski	Enxada	Abafador	Bomba dorsal	
Postos Vigia	32-05	9	S0501011	Período Crítico													
GNR	NPA/Postos			Todo o ano													
Bombeiros Voluntários de Belmonte				Todo o ano	4	1	11900	-	1000	2	-	5	2	5	5	5	5
Total					4	1	11900	-	1000	2	-	5	2	5	5	5	

Quadro 21 - Entidades envolvidas em cada ação e inventário de equipamento e ferramentas

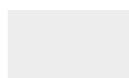
Entidades	Funções e Responsabilidades							
	Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância e deteção	1º Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-incêndio	Despistagem das Causas
Bombeiros Voluntários de Belmonte								
GNR/SEPNA								
Polícia Judiciária								

Quadro 22 - Dispositivos operacionais – funções e responsabilidades

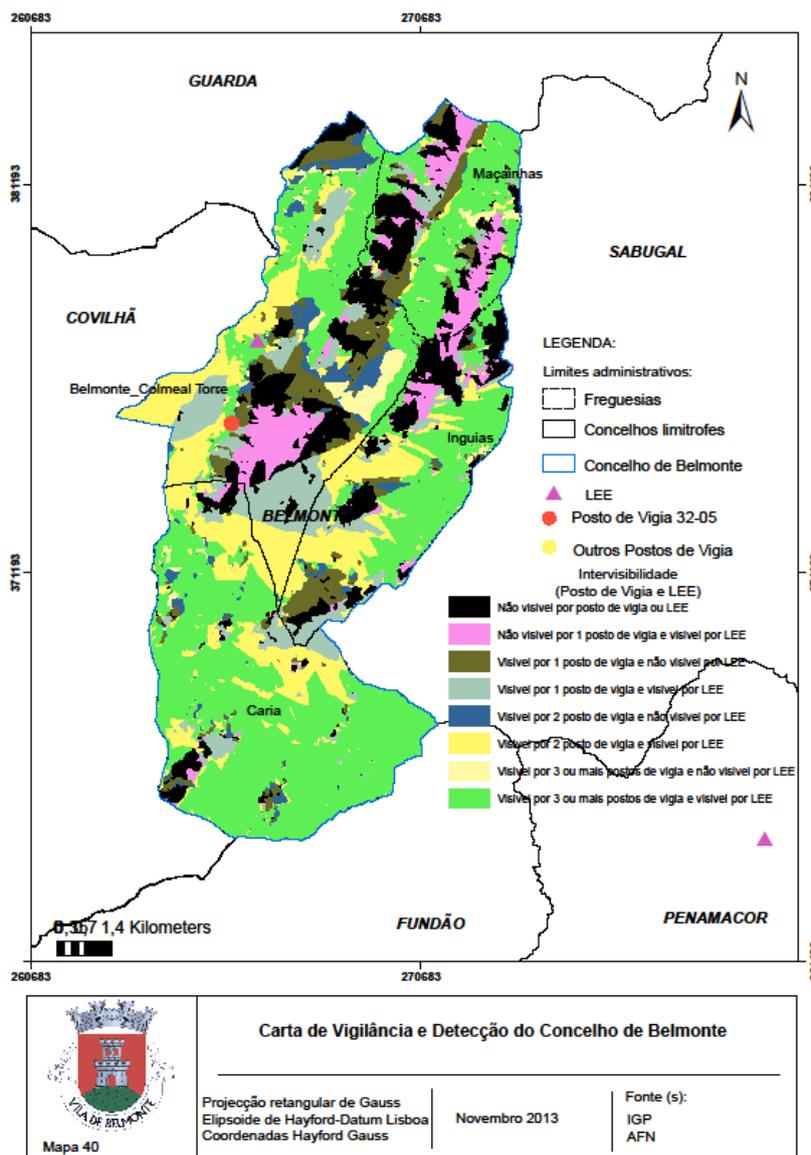
Legenda:



Não tem qualquer responsabilidade

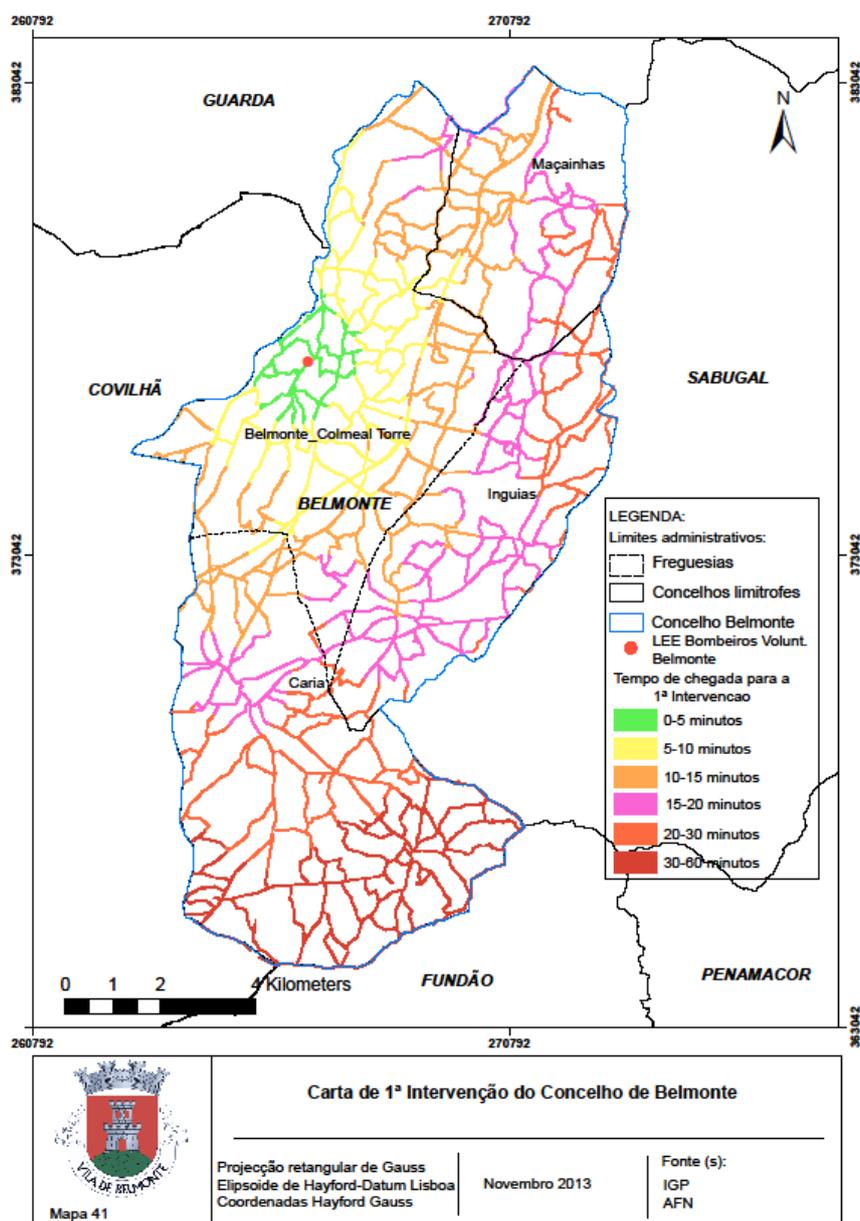


Da responsabilidade da entidade



		2012		
Fases de perigo		N.º de Equipas de Vig. E Detecção	N.º Ocorrências	Índice entre o nº de incêndios/e o nº total de equipas
Alfa	1 Jan. -14 Maio	0	8	-
Bravo	15 Maio - 30 Jun.	0	2	-
Charlie	1 Jul. – 30 Set.	1 (posto vigia)	4	4
Delta	1 Out. – 30 Out	0	1	-
Echo	1 Nov – 31 Dez	0	0	-

Quadro 23 – Índice entre o n.º de incêndios florestais e o n.º total de equipas de vigilância



	Número de reacendimentos 2002-2012										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Rescaldo E Vigilância Pós Incêndio	0	0	2	0	1	0	3	0	20	0	0

Quadro 24 – Identificação do número de reacendimentos 2002-2012

Metas e Indicadores

Ação	Metas	Unidades	Responsável	Indicadores mensuráveis				
				ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Sistema de Vigilância e Detecção	1 ^{as} Detecções Postos Vigia	%	GNR	35	35	35	35	35
1^a Intervenção	Bombeiros Voluntários de Belmonte	%	Bombeiros Voluntarias	90	90	90	90	90
Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	ha/Ocorrência	Belmonte Bombeiros Voluntarias	2	2	2	2	2
Vigilância Pós- Incêndio	Área ardida/reacendimento	ha/Reacendimento	Belmonte Bombeiros Voluntarias Belmonte	2	2	2	2	2

Quadro 25 – Metas e indicadores

Orçamentos e responsáveis

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de Orçamento (€)				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Sistema de Vigilância e Detecção	1 ^{as} Detecções Postos Vigia	GNR	12000	12000	12000	12000	12000
I^a Intervenção	1 ^{as} Intervenções Equipas EIP	Bombeiros	50000	50000	50000	50000	50000
Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	Bombeiros	55000	55000	55000	55000	55000
Vigilância Pós-Incêndio	Área ardida/reacendimento	Bombeiros	65000	65000	65000	65000	65000
TOTAL			182000	182000	182000	182000	182000

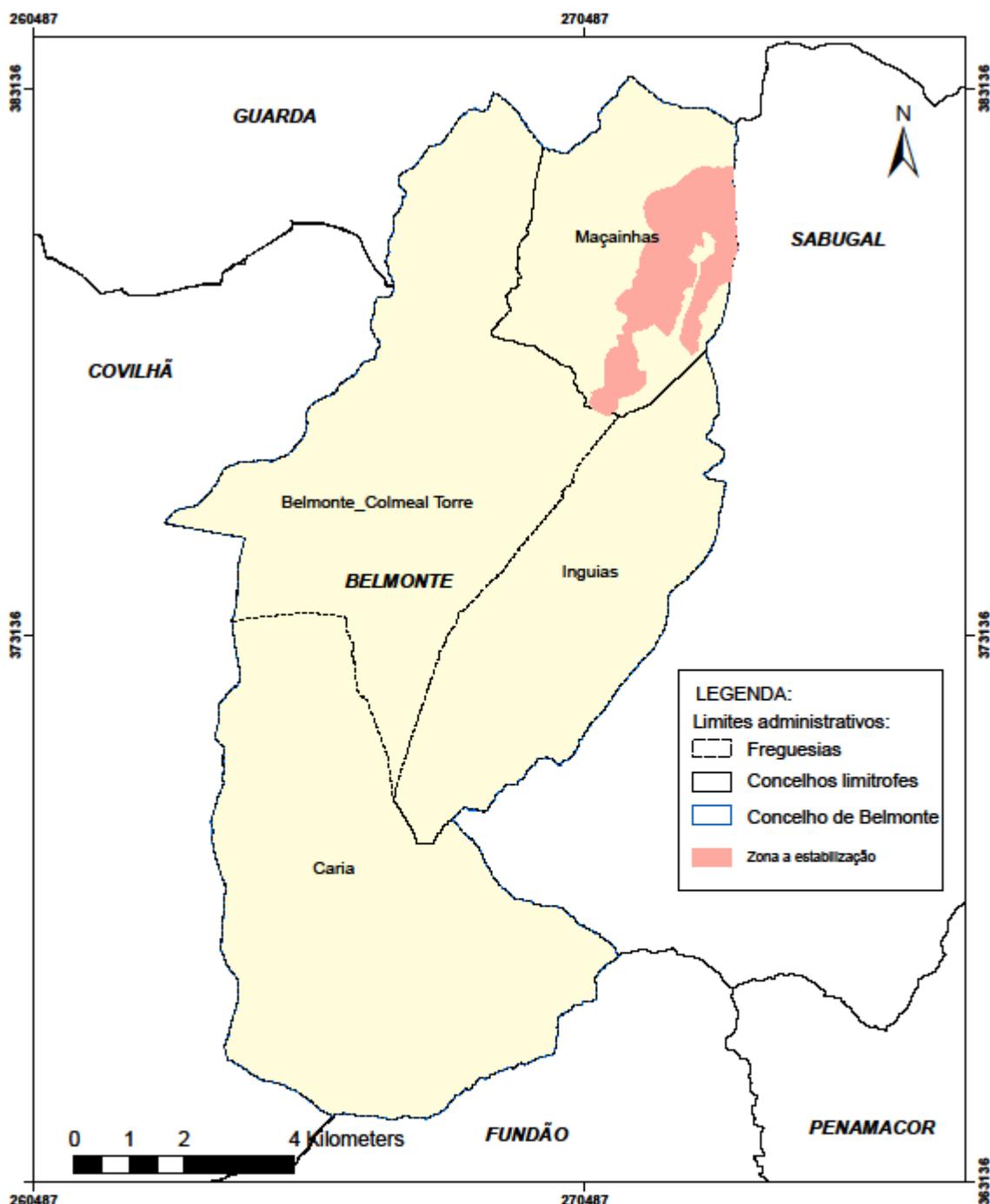
Quadro 26 – Estimativa Orçamental

4.4 – 4º Eixo estratégico - Recuperação e reabilitação dos ecossistemas

Avaliação

De acordo com o mapa de Estabilização de Emergência, no concelho de Belmonte, existe uma área (Penha Águia) que tem sido mais fustigada pelos incêndios nos últimos anos.

A recorrência cada vez mais assídua de incêndios florestais tem levado os técnicos florestais a apostar em sistemas de silvicultura capazes de aumentar a resiliência do território aos incêndios; por outras palavras, a plantar e gerir florestas capazes de resistir e recuperar espontaneamente dos danos causados pelo fogo. Um Município como Belmonte, onde as áreas floresta foi na sua maioria substituída por matagais inflamáveis e improdutivos, é justamente onde mais importa tomar este género de iniciativas.



 VILA DE BELMONTE Mapa 42	Carta Estabilização de Emergência do Concelho de Belmonte	
	Projeção retangular de Gauss Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Coordenadas Hayford Gauss	Fonte (s): IGP AFN

Novembro 2013

O conceito geral de “resiliência” (do latim re+salire, sair de novo) denota a capacidade de um organismo ou outra entidade reencontrar um estado de equilíbrio após uma perturbação severa, como um incêndio. Diz-se que uma floresta é resiliente quando depois de ardida demonstra a faculdade de se regenerar a si mesma e sarar os danos sofridos. Inúmeras experiências científicas apontam para o facto de as matas mediterrânicas de sobreiro e azinheira serem capazes de recuperar por si mesmas dos incêndios florestais, desde que estes não se repitam a intervalos curtos, em cujo caso as árvores sucumbem ao stress recorrente e deixam de poder regenerar por semente ou toija. Isto sucede em norma quando a recorrência das chamas se torna inferior a 20-25 anos.

Quando o período de recorrência de incêndios oscila entre os 5 e os 15 anos, a resiliência das espécies arbóreas deixa de existir e a paisagem é dominada por espécies arbustivas que, sob o clima mediterrânico onde o concelho de Belmonte se encontra, tendem a seguir estratégias pirófilas – isto é, plantas como a esteva, o tojo e a giesta, que não só resistem aos incêndios como também facilitam a sua ignição. Esta verdadeira “estratégia de terra queimada” adotada pelos matos mediterrânicos visa eliminar a concorrência das árvores e florestas e conduz, ao fim ao cabo, a um ciclo vicioso: incêndios recorrentes beneficiam espécies arbustivas pirófilas (matos) que por seu turno vão tentar facilitar a recorrência de incêndios, que por seu turno beneficiam ainda mais as espécies pirófilas...

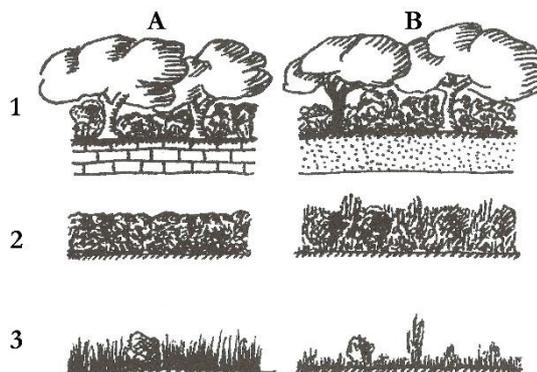
Por estes motivos, é enganador pensar que toda e qualquer recuperação espontânea da vegetação após um incêndio produz um efeito de resiliência. O facto de haver um forte rebentamento de pequenas espécies arbustivas logo após os fogos florestais, cobrindo o solo de matorrais, nem sempre é sinal de recuperação e de resiliência dos ecossistemas. Muito pelo contrário: se essa regeneração for constituída por uma superabundância de ericáceas e cistáceas (urzes e estevas), sem acompanhamento de fagáceas (carvalhos, azinheiras e sobreiros), podemos estar na presença de uma nova e mais desequilibrada etapa da vida dos ecossistemas locais.

As florestas do Concelho de Belmonte perderam já a sua resiliência depois de sucessivos incêndios e foram substituídas por matorrais onde não se processa qualquer regeneração de pinhal, sobral ou carvalhal, dado que se rarefaz a presença de árvores adultas dessas espécies, aptas a reabastecer o banco de sementes. Isto significa que a área identificada está condenada a ser pasto das chamas a intervalos de cinco anos ou menos, salvo se, se proceder à rápida limpeza dos seus matos e sua substituição por florestas muito bem mantidas.

Apesar desta degradação, a generalidade do território deste Município tem potencial ecológico suficiente para poder sustentar bosques autóctones bem desenvolvidos. Quando estes bosques são destruídos, e se houver um banco de sementes rico em espécies autóctones, inicia-se um lento e progressivo processo ecológico de recolonização das clareiras e descampados; grosso modo, leva sucessivas de espécies vegetais, cada qual com um maior potencial

competitivo do que a anterior, vão constituindo comunidades com um porte e uma biomassa sucessivamente maiores até atingir o clímax.

Estes processos sucessionais variam consoante o solo e o clima. Vejamos a título de mero exemplo, duas sucessões ecológicas A e B deste Município, cujo clímax será um carvalhal ou um sobral, respetivamente:



A sucessão ecológica do carvalhal (A), que ocorre nos locais entre os 400 e os 600 metros acima do mar, atravessará etapas arbustivas de giesta e sargaço, ao passo que a sucessão ecológica do sobreiro, que ocorre nas zonas basais, atravessará etapas arbustivas de urzal (formações de *Erica arborea*) e rosmaninho.

Na tabela que se segue são descritas, para cada domínio altitudinal do Município (posto que a altitude é neste local o principal factor ecológico diferenciador), as várias etapas da sucessão ecológica, e enunciadas as principais espécies vegetais que a compõem.

	várzeas e ribeiras	até 500 metros a.m.	entre 400 e 700 metros a.m.	acima dos 600 metros a.m.
Bosque autóctone	Amieiro- <i>Alnus glutinosa</i> Borrazeira- <i>Salix atrocinerea</i> Sanguinho das ribeiras- <i>Frangula alnus</i> Freixo- <i>Fraxinus angustifolia</i> Sabugueiro- <i>Sambucus nigra</i> Feto real- <i>Osmunda regalis</i>	Sobreiro- <i>Quercus suber</i> Salsaparrilha- <i>Smilax mauritanica</i> Espargo- <i>Asparagus aphyllus</i> Cerquinho- <i>Quercus broteroi</i> Trovisco- <i>Daphne gnidium</i> Sanguinho- <i>Rhamnus alaternus</i>	Alvarinho- <i>Quercus robur</i> Carvalho- <i>Quercus pyrenaica</i> Azevinho- <i>Ilex aquifolium</i> Padreiro- <i>Acer pseudoplatanus</i> Loureiro- <i>Laurus nobilis</i> Sobreiro- <i>Quercus suber</i>	Carvalho- <i>Quercus pyrenaica</i> Medronheiro- <i>Arbutus unedo</i> Feto- <i>Asplenium onopteris</i> Trovisco- <i>Daphne gnidium</i> Tojo gadanho- <i>Genista falcata</i> <i>Teucrium scorodonia</i>
Matos altos autóctones	Borrazeira- <i>Salix atrocinerea</i> Salgueiro- <i>neotricha</i> Parreira- <i>sylvestris</i> Embude- <i>Oenanthe crocata</i>	<i>Salix</i> Murta- <i>Myrtus communis</i> Lentisco- <i>Phillyrea angustifolia</i> Medronheiro- <i>Arbutus unedo</i>	Giesta- <i>Cytisus striatus</i> Tojo- <i>Ulex europaeus</i> Medronheiro- <i>Arbutus unedo</i> Silva- <i>Rubus lusitanicus</i>	Medronheiro- <i>Arbutus unedo</i> Folhado- <i>Viburnum tinus</i> Urze- <i>Erica arborea</i> Silva- <i>Rubus ulmifolius</i>
Matorrais autóctones	Silva- <i>Rubus ulmifolius</i> Madressilva- <i>Lonicera hispanica</i> Rosa dos cães- <i>Rosa canina</i> Roseira brava- <i>Rosa pouzinii</i>	Tojo- <i>Ulex jussiaei</i> Torga- <i>Calluna vulgaris</i> Tojo molar- <i>Genista triacanthus</i> Queiroga- <i>Erica umbellata</i>	Tojo- <i>Ulex minor</i> Queiroga- <i>Erica cinerea</i> Sargaço- <i>Halimium alyssoides</i> Queiroga- <i>Erica umbellata</i>	Queiroga- <i>Erica umbellata</i> Sargaço- <i>Halimium ocymoides</i> Carqueja- <i>Chamaespartium tridentatum</i> Sanganho- <i>Cistus psilosepalus</i>
Prados autóctones	Bunho- <i>Scirpus holoschoenus</i> Junco- <i>Juncus acutus</i> Poejo- <i>pulegium</i>	<i>Agrostis castellana</i> <i>Avenula sulcata</i> Panasco- <i>Dactylis hispanica</i>	<i>Agrostis capillaris</i> <i>Avenula sulcata</i> <i>Anthoxanthum odoratum</i>	<i>Avenula sulcata</i> <i>Stipa balancogigantea</i> <i>Agrostis castellana</i>
Espécies arbóreas de cultivo recomendado	Álamo- <i>Populus nigra</i> Choupo- <i>Populus alba</i> Nogueira- <i>Juglans regia</i> Vimeiro- <i>Salix viminalis</i>	Sobreiro- <i>Quercus suber</i> Pinheiro manso- <i>Pinus pinea</i> Cipreste do Buçaco- <i>Cupressus lusitanica</i> Casuarina- <i>Casuarina equisetifolia</i>	Castanheiro- <i>Castanea sativa</i> Carvalho americano- <i>Quercus rubra</i> Pinheiro insigne- <i>Pinus radiata</i> Eucalipto- <i>Eucalyptus globulus</i>	Pseudotsuga- <i>Pseudotsuga menziesii</i> Pinsapo- <i>Abies pinsapo</i> Larício- <i>Larix decidua</i> Faia- <i>Sylvatica</i> <i>Fagus</i>

Quadro 26 - Elenco de espécies lenhosas para a regeneração de ecossistemas

O zonamento da vegetação autóctone pode também servir de indicador para a seleção de espécies usar em projetos de reflorestação, como aliás foi recomendado pela Comissão Nacional de Reflorestação. O quadro acima exposto respeita a metodologia fitossociológica citada nos documentos do Conselho Nacional de Reflorestação.

Deverá ainda ser considerado o disposto no artigo 36º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, prevendo-se medidas especiais de avaliação e de intervenção na rede viária florestal onde seja necessário aplicar uma faixa mínima de 25 metros para a remoção dos materiais queimados nos incêndios, de forma a criar condições de segurança à circulação rodoviária.

Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico

Estabilização de emergência

A área ardida no ano 2010, na freguesia de Maçainhas, apresenta alguns riscos de ocorrência de erosão dos solos. Contudo desde 2010 a vegetação já recuperou.

Reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais

A área percorrida pelo incêndio é propriedade privada, pelo que os responsáveis são os proprietários os quais podem ter todo o apoio do Gabinete Técnico Florestal do Município, assim como da Junta de Freguesia de Maçainhas.

A longo prazo, haverá todo o interesse em proporcionar condições às espécies cinegéticas com mais representatividade e interesse, na área afetada pelo incêndio.

Mais uma vez a CMDFCI terá um papel preponderante na execução destas medidas visto que esta comissão engloba representantes de diversas entidades com relevante importância para a execução destas propostas.

Como META a atingir, pretende-se implementar um Plano de Conservação do Solo, da água, das espécies cinegéticas e habitats, sempre que surjam espécies invasoras estas áreas terão uma intervenção prioritária a fim de resolver de imediato o problema.

5 - ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

A CMDFCI, tem apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal, que é assessorado pela Eng. Florestal Telma Pombal.

A CMDFCI reúne sempre que necessário. No caderno III encontra-se os dados relativos ao Plano Operacional Municipal (POM). O POM, terá de estar aprovado anualmente até ao dia 15 de Abril.

Este plano (PMDFCI), foi elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF) desta Câmara Municipal e foi aprovado em sede de CMDFCI por um período de 5 anos, com revisão sempre que necessária.

O GTF, monitoriza o desenvolvimento das ações previstas no programa de ação deste PMDFCI.

Entidade	Serviço	Cargo	Nome do Responsável	Telemóvel	Telefone	Fax	E-mail
Câmara Municipal de Belmonte	CMDFCI	Vereador a Tempo Inteiro	António Manuel Rodrigues		275 910 010	275 910 019	cmbelmonte@mail.telepac.pt
	SMPC	Presidente da Câmara	Dr. Antonio Dias Rocha		275 910 010	275 910 019	cmbelmonte@mail.telepac.pt
	GTF	Técnica Superior – Eng.ª Florestal	Eng.ª Telma Pombal	926 947 484	275 910 010	275 910 019	gtf@cm-belmonte.pt
Bombeiros Voluntários de Belmonte	CMDFCI	Comandante	António Leitão	917 841 622	275 910 090	275 910 099	bvbcmando@sapo.pt
GNR	GNR Belmonte	Comandante	1º Sarg. João Moura	961 195 116	275 910 020	275 910 028	ct.ctb.dcvl.pblm@gnr.pt
	GNR Caria	Comandante	2º Sargento João Teixeira		275476141	275476141	ct.ctb.dcvl.pcar@gnr.pt
	Dest. Territorial da Covilhã	Comandante	Tenente João Sousa	961195056	275 320 660	275 320 668	ct.ctb.dcvl.ccom@gnr.pt
	NPA	Chefe Núcleo Proteção Ambiental	1º Sarg. Orlando Henrique	961 195 294	275320 660	275 320 668	ct.ctb.dcvl.npa@gnr.pt
Junta de Freguesia	CMDFCI	Representante/Presidente	José Mariano	961 717 444	275 913 058	275 913 058	
ICNF	Depart. de Conservação da Natureza e Florestas do Centro	Técnico CPE	Eng. Joaquim Proença	962 026 622	272 323 333	272 321 825	joaquim.proenca@icnf.pt

Quadro 27 - Elementos constituintes da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI)

Entidade	N.º de Elementos	Necessidades formativas
Gabinete Técnico Florestal	1	a indicar
Bombeiros Voluntários de Belmonte	5	a indicar
Guarda Nacional Republicana	1	a indicar
Representante das Freguesias	1	a indicar

Quadro 28 – Necessidade de formação

	Estimativa e Orçamento (€)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Formação	800	800	800	800	800

Quadro 29 – Orçamento Formação

Entidades	Áreas e vertentes Decreto-Lei n.º 124/2006	Prevenção			Prevenção				Combate			
		Planea/ DFCI	Organização do território, silvicultura e infra-estruturas	Sensibiliz. e divulgação	Vigilância e patrulha/	Deteção	Fiscaliz.	Investigação de causas	1º intr.	Combat	Rescaldo	Vigilância pos- incêndio
ICNF	Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro	nac/di s/mun		nac/mun/loc								
Município	CMDFCI/GTF	mun		muc/loc								
Entidades detentoras de máquinas												
Entidades gestoras de zonas de caça												
Governo Civil		dist		dist								
GNR	SEPNA			loc								
ANPC	CNOS/meios aéreos	nac		nac				nac	nac	nac	nac	
	CDOS	dis						dist	dist	dist	dist	
Corpos de bombeiros	Equipas de combate a incêndios											
Municipes, proprietários florestais e visitantes												

Quadro 30 – Organização Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Legenda das siglas:

Nac nível nacional

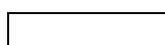
Reg nível regional

Dist nível distrital

Mun nível municipal

Loc nível local

Legenda das cores:



Sem intervenção significativa



Com competências significativas



Com competências de coordenação



Deveres cívicos

Estimativa de Orçamento para implementação do PMDFCI

Eixos estratégicos	Estimativa de orçamento total (€)				
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1º Eixo Estratégico	2943223,54	2213656,4	2943223,54	2213656,44	2943223,5
2º Eixo Estratégico	24750	24750	25750	25750	26000
3º Eixo Estratégico	182000	182000	182000	182000	182000
4º Eixo Estratégico	0	0	0	0	0
5º Eixo Estratégico	800	800	800	800	800
Total/ano	3150773,54	2421206,4	3151773,54	2422206,44	3152023,5
				Total	14297984

Quadro 31 – Orçamento total do PMDFCI